

PORTUGAL TRABALHOU

Greve foi fracasso geral



A tentativa das duas centrais sindicais, UGT e Intersindical, de fazerem parar o País na passada segunda-feira, através da convocação de uma greve geral, redundou num falhanço clamoroso.

Portugal não parou, e a maioria esmagadora dos Portugueses foi trabalhar, não apoiando, desta forma, a dramatização artificial que as Centrais Sindicais fizeram a propósito da aprovação, pelo Governo, do chamado Pacote Laboral.

No dia da anunciada greve, segunda-feira, o Primeiro-Ministro, Prof. Cavaco Silva, teve oportunidade de se deslocar a vários pontos do País, visitando unidades industriais e instituições de solidariedade social e hospitais, e o País pôde ver, por si e na televisão, que a esmagadora maioria dos portugueses quis trabalhar, numa demonstração clara que estão mais empenhados em criar riqueza do que em fazer folclore político. Na foto da esquerda, o Prof. Cavaco Silva dialoga com um operário num grande estabelecimento fabril nos arredores do Porto. Na foto da direita, o Primeiro-Ministro durante a visita de trabalho que, na tarde do mesmo dia, efectuou a uma grande empresa de tecnologia avançada na Região de Setúbal.

EDITORIAL

Depois da greve

(pág. 2)

TSD não aderiram à paralização

(Pág. 3)

**PORTUGAL
PODERÁ
BENEFICIAR
DE DUPLICAÇÃO
DOS FUNDOS
COMUNITÁRIOS**

(pág. 11)

Comissão Política Nacional do PSD

Estamos no caminho certo e dele não nos afastaremos

O Partido Social Democrata comprometeu-se perante os portugueses, na última campanha eleitoral, a levar a cabo importantes e necessárias reformas estruturais, há muito reclamadas pelo País, mas sempre adiadas.

O programa do PSD era claro: modernizar Portugal, tirar o nosso País da cauda da

Europa, enfrentar a tarefa gigantesca de, com êxito, vencer este período que vai levar-nos à plena integração na CEE, e ao grande mercado interno Europeu sem barreiras, em 1 de Janeiro de 1993.

Através do voto livre e conscientes do que nele estava em causa, os Portugueses sufragaram, sem margem para quaisquer dúvidas, aquele pro-

grama, responsabilizando o PSD e o Governo pelo seu integral cumprimento.

Dentre as várias reformas — a que o PSD ficou obrigado pelo voto da esmagadora maioria dos Portugueses — conta-se a modernização da legislação laboral.

Se há matéria em que os eleitores Portugueses sabem, (Continua na página 3)

SUMÁRIO

Pensão unificada favorece trabalhadores

(pág. 2)

Interpelação ao Governo feita pelo PS:

um acto falhado

(Pág. 14)

EDITORIAL

A convocação desta greve teve, para o Governo, uma consequência particularmente positiva e gratificante: a de consolidar a sua base social de apoio.

Depois da greve



DUARTE LIMA

A greve dita «geral», convocada para segunda-feira passada pelas Centrais Sindicais, não conseguiu nenhum dos seus objectivos e nesse sentido se pode afirmar, sem risco de demagogia, que redundou num fracasso.

Na verdade, que se pretendia com esta greve, dramatizada até ao paroxismo por Torres Couto e, por arrastamento, pelos homens da Intersindical?

Duas coisas simples: *paralisar o País na segunda-feira e conseguir com isso um efeito político de tal natureza que levasse o PSD a recuar na Proposta de Lei de autorização legislativa relativa ao denominado «Pacote Laboral».*

Sucedeu que o País não parou. Esta «greve geral» acabou por ser, no fundo, uma greve dos transportes públicos e de franjas do sector bancário e segurador.

Trabalhou a maioria esmagadora da Administração Pública, trabalhou o Comércio, trabalhou a Indústria e trabalhou a Agricultura. Trabalharam milhões de portugueses nos sectores vitais do País, na área de produção da riqueza, no sector público e privado.

Curiosamente, é em sectores que não estão ligados directamente à produção que a greve consegue obter algum efeito. Curiosamente ainda — ou talvez não — é nos segmentos mais privilegiados desses sectores — como o bancário ou o segurador — que a greve é minimamente visível.

Se a «greve geral» não foi mesmo geral, se a maioria esmagadora do País trabalhou, isso significa também que se fez ouvidos de mercador às críticas injustificadas que as Centrais Sindicais dirigem ao Pacote Laboral.

Os portugueses perceberam que essas críticas não têm fundamento em face ao articulado da Proposta de Lei do Governo. E se mais razões não houvesse, esta seria suficiente para dar ao Governo o sinal de que não deve mesmo alterar, numa vírgula que seja, a sua Proposta.

O Governo, durante quatro meses, dialogou, ouviu e aceitou razões, alterou. Consumou-se o processo da concertação. Deve passar-se à fase da decisão.

Os parceiros sociais não têm competência legislativa; esta é da Assembleia e do Governo. E a Assembleia e o Governo tem legitimidade política plena e indiscutível para exercerem essa competência. Nenhuma Central Sindical, nenhuma Confederação Patronal se lhes pode substituir nessa nobilitante tarefa, que ambos exercem em representação do Povo, e em nome do Povo.

NÃO conseguiram, pois, as Centrais Sindicais obter o que pretendiam. Claro que afirmaram que a greve foi um êxito, mas isso é compreensível. Não lhes podemos pedir que se auto-flagelem, vindo a público reconhecer que uma iniciativa em que puseram tanto empenho redundou num fracasso.

Resta-nos a todos tirar as conclusões políticas deste processo, bem como dos seus resultados.

Em primeiro lugar, e no campo da UGT, dificilmente as coisas se processarão como até aqui.

A UGT é hoje uma instituição política e financeiramente poderosa, e parte substancial desse poder é obra dos Trabalhadores Social-Democratas, que têm colaborado de forma leal e empenhada na Central Sindical. Por isso eles não podem assistir, indiferentes, à instrumentalização da UGT para finalidades estritamente político-partidárias que têm como único objectivo lançar Torres Couto na corrida para Secretário-Geral do Partido Socialista. Foi isso que os TSD vigorosamente denunciaram, ao rejeitarem aderir à greve, depois de ser evidente o conluio com a Intersindical. E Torres Couto não pode pedir aos TSD fidelidade estrita a decisões da UGT tão contestadas como esta, quando é ele o primeiro a violar uma regra fundamental da convivência política dentro da Central Sindical, ao aceitar fazer um acordo com o Partido Comunista cujo único objectivo é retirar da presidência do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas o Social-Democrata Arménio Santos, também ele membro dos órgãos nacionais da UGT.

Não nos admiremos, pois, que, se os socia-

listas mantiverem este tipo de comportamento, se venha a verificar uma resposta enérgica por parte dos social-democratas. Serão os socialistas que estarão a legitimar a tese tempos atrás defendida por Rui Salvado de que os TSD poderão promover a criação de uma nova Central Sindical. Se isso acontecer, Torres Couto sabe que o seu poder sindical e político sofrerá um rude golpe.

FINALMENTE, resta dizer que a convocação desta greve teve, para o Governo, uma consequência particularmente positiva e gratificante: foi a de consolidar a sua base social de apoio.

Se os que voluntariamente fizeram greve estão contra o Governo, não é menos certo que os que a não fizeram estão do seu lado.

Na verdade, a oposição tem construído a base da sua crítica ao Governo sobre o argumento de que este, hoje, já não teria o apoio da maioria dos portugueses.

Não há nenhum discurso importante da oposição no qual se não afirme que os portugueses não aceitam a política do Governo, tendo mesmo havido um apelo velado a um levantamento popular.

Este tipo de afirmações vale o que vale, mas como a oposição não as sujeita à contraprova, pode repeti-las incessantemente, como se de verdades adquiridas se tratasse.

Esta convocação de greve geral continha um apelo claro: o País deveria paralisar para demonstrar ao Governo que a sua política não tinha aceitação popular. Foi um apelo dramático, que continha um desafio cuja verificação implicaria uma conclusão dictómica: ou o País parava, e isso sempre seria uma preocupante demonstração de que a política do Governo não estava a ser bem aceite pela opinião pública; ou o País não parava, e, no contexto deste desafio, isso deveria significar o contrário: que o País aprecia e apoia a actuação do Governo.

Foi o que se passou. Portugal não parou e os milhões de portugueses que trabalharam, contra as aves agorrentas da estagnação, deram ao Governo um recado precioso: de que ele também não pode parar.

Pensão unificada beneficia trabalhadores

Na reunião do passado dia 24, o Governo aprovou um diploma que estabelece o regime de pensão unificada para os trabalhadores que tenham exercido de modo sucessivo actividades abrangidas pela Caixa Geral de Aposentações e pelo Centro Nacional de Pensões.

ASSIM, e a partir da entrada em vigor deste diploma, quando um trabalhador exerça sucessivamente actividades no sector privado e na função pública, ou vice-versa, ser-lhe-á atribuída uma só pensão unificada.

Esta pensão unificada far-se-á por um só sistema e traduz vantagens para o trabalhador porque, simplificando serviços nunca põe em causa a soma dos valores das pensões dos dois sistemas.

Ficam assim devidamente articuladas as carreiras contributivas sucessivas, de modo a permitir pagar uma única pensão, que é calculada de acordo com as regras aplicáveis ao último regime a que o interessado se encontra sujeito.

Desenvolver a Marinha Mercante

O Conselho aprovou dois diplomas de grande importância para o desenvolvimento da marinha mercante, contri-

buindo significativamente para o aumento da sua competitividade internacional.

Trata-se dos novos regimes de compra e venda de navios e de fixação das suas lotações.

Na compra e venda de navios confere-se a maior liberdade possível aos armadores para tomarem e executarem as decisões aconselhadas pela boa gestão das respectivas empresas, pondo completamente de lado um sistema rígido e burocrático que tem décadas de funcionamento.

Procura-se, todavia, salvaguardar casos excepcionais, exigidos por motivo de aprovisionamento de bens essenciais e por razões de defesa nacional, para os quais se prevêem alguns condicionamentos.

Na fixação da lotação, o Estado passará a determinar apenas as lotações mínimas ditas pela segurança, deixando aos armadores a composição das tripulações que se justifiquem em cada caso concreto e conduzam à economia da exploração de cada navio.

Apresentou-se a oportunidade para simplificar os processos administrativos e descentralizar a respectiva execução, no respeito das convenções e recomendações internacionais e tendo em conta as soluções adoptadas nos países da Comunidade Europeia.

Utilização racional de energia

O Governo aprovou um Decreto-Lei que regula em termos mais amplos o Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia e aproveitamento de Energias Novas e Renováveis.

Assim, o diploma agora aprovado visa:

— estender os apoios aos sectores primários e terciário da economia, abrindo o sistema a todos os consumidores e formas de produção de energia, com a única excepção dos consumidores domésticos;

— Aplicar o sistema tam-

bém, nas Regiões Autónomas.

Esta novo regime conjuntamente com a Legislação que estimula a produção independente de electricidade e o programa VALOREN, constituem um conjunto completo e coerente que garante o suporte legislativo e financeiro ao aproveitamento dos recursos energéticos que o País dispõe.

Formação de Professores nos Açores

Foi aprovado um decreto-lei criando na Universidade dos Açores o Centro Integrado de Formação de Professores e regulamentando o respectivo regime de instalação.

A estrutura agora criada irá contribuir decididamente para a renovação e melhoria do ensino na Região através da adequada formação de professores para a educação pré-escolar e para os ensinos básico e secundário, a institucionalização de programas de formação em serviço e a actualiza-

ção e formação contínua de profissionais de educação.

Foi ainda aprovada a Lei Orgânica do Instituto Superior de Educação Física, e fixados os respectivos quadros de pessoal, fazendo cessar o regime de instalação em que o Instituto se encontrava desde princípios de 1975.

Foi aprovada a nova legislação da Direcção-Geral do Turismo. Procura-se com a remodelação agora efectuada dotar de melhor capacidade os serviços públicos relacionados com o turismo, com o objectivo de desempenharem as tarefas indispensáveis ao apoio do sector, acompanhando o seu progresso contínuo, nomeadamente no que respeita à melhoria da qualidade, à criação de novos tipos de oferta, e à aprovação dos incentivos adequados.

O alto nível que atingiu o desenvolvimento do turismo em Portugal exige que a organização do Estado responda eficazmente às novas solicitações.

Conferência de Imprensa da C.P.N.

O PSD sabe que os Portugueses não se deixam enganar

(Continuação da 1.ª página)

com toda a clareza, o que defende o PSD, ela é, sem dúvida, a da modernização da legislação laboral. É uma proposta bem explícita no nosso programa e há muito defendida pelo PSD, porque é indispensável para que o País vença com êxito os grandes desafios que tem à sua frente.

Assim, e depois de um processo de diálogo com as confederações sindicais e patronais que se prolongou durante três meses, o Governo aprovou e apresentou à Assembleia da República uma proposta de lei que visa modernizar a legislação laboral portuguesa de acordo com as tendências europeias.

Para acabar com a legislação injusta e imoral que está presentemente em vigor.

Para acabar com uma legislação que favorece os contratos a prazo e a precariedade do emprego.

Para acabar com uma legislação que trava a criação de empregos estáveis e duradouros.

Para acabar com uma legislação que não incentiva os investimentos que utilizam mais mão de obra, e portanto dificulta o combate ao desemprego.

Para acabar com uma legislação que é, claramente, contra os jovens e penaliza os desempregados.

Para acabar, em suma, com uma legislação que é um obstáculo à recuperação do atraso



Na passada sexta-feira, após a reunião da Comissão Política Nacional, realizou-se uma Conferência de Imprensa em que o vice-presidente António Capucho expôs a posição do Partido em face ao momento político-sindical

económico do País e não é boa nem para os trabalhadores nem para as empresas.

A proposta agora apresentada pelo Governo é muito melhor para todos do que a legislação em vigor. E é mais vantajosa para os trabalhadores do que a proposta elaborada pelo Governo do Bloco Central e do que a legislação que vigora nos outros países da CEE. Isto ninguém com o

mínimo de seriedade pode contestar.

Quando as coisas são assim, como o tempo se encarregará de demonstrar, a UGT e a CGTP, numa estranha conjugação de esforços decidem convocar uma greve geral para o dia 28.

Fica claro que não é uma greve para defender os interesses dos trabalhadores e do País.

Fica claro a falta de argumentos válidos por parte da UGT e da CGTP para justificar a sua decisão.

Fica claro que os motivos que se escondem por detrás desta greve, nada têm a ver com a legislação laboral proposta pelo Governo.

Trata-se, isso sim, de um aspecto da competição entre as duas centrais sindicais.

Trata-se, isso sim, de promoção de interesses particulares e pessoais.

Trata-se, isso sim, da tentativa de instrumentalizar trabalhadores para promoção de posições pessoais em aparelhos partidários.

Trata-se, isso sim, de mais uma manifestação de forças imobilistas e conservadoras, que a todo o custo, agora como no passado, querem impedir a modernização do País.

O PSD lamenta que a UGT se tenha deixado associar às forças que apostam na desestabilização, na estagnação económica e no fracasso da integração europeia. Principalmente quando a maior parte das sugestões da UGT foram acolhidas em sede de concertação social; quando a UGT várias vezes reconheceu que a proposta de lei do Governo é correcta e justa.

O PSD sabe que os Portugueses não se deixam enganar.

O PSD espera que forças sindicais, numa atitude de desespero não tentem impedir de trabalhar quem o desejar fazer. O PSD confia que no próximo dia 28, com normalidade, o País vai continuar a trabalhar.

No respeito pelos seus compromissos eleitorais — o PSD — e o Governo — irão prosseguir na sua acção modernizadora dotando Portugal dos instrumentos legais que tornem possível o País que todos estamos a construir: mais moderno, mais próspero, mais desenvolvido e mais justo para todos.

Estamos no caminho certo e dele não nos afastaremos.



Tal como o PSD previa, os Portugueses não se deixaram enganar. Na 2.ª feira, quando esteve no Porto a visitar os serviços do Hospital Maria Pia, o Prof. Cavaco Silva foi entusiasticamente aclamado pelos trabalhadores e população em geral

A caminho da Europa

NOTAS BREVES — 3

FERNANDO AMARAL

Os Estados que compõem o Conselho da Europa são democracias parlamentares que, reconhecendo a preeminência do Estado de Direito, defendem e protegem os direitos do homem e as liberdades fundamentais. Em obediência a estes princípios propõe-se estreitar o relacionamento entre os seus membros, salvaguardar e promover os ideais que são património comum.

O progresso económico, social e humano no aprofundamento da Democracia pluralista têm sido as linhas do seu pensamento e da sua acção.

Para a prossecução destes objectivos o Conselho da Europa desenvolve a sua actividade através de dois órgãos: o Comité dos Ministros e a Assembleia Consultiva. Esta é constituída por 170 parlamentares e pelos seus suplentes, eleitos ou designados pelos parlamentos nacionais de cada país varia segundo a respectiva densidade demográfica e procura representar as suas principais correntes políticas. O Parlamento de Portugal conta com oito deputados representantes e 6 deputados suplentes. Dos primeiros, 5 são do PSD, 2 do PS e 1 do PCP, e, dos segundos, 4 são do PSD e 2 são do PS.

A Assembleia Consultiva é, assim, uma emanção dos parlamentos nacionais e procura reflectir o espectro das correntes políticas e espirituais de toda a Europa Democrática.

Ela tem uma sessão por ano, dividida, normalmente, por três reuniões: a primeira no princípio de cada ano civil; a segunda no Verão e, a terceira, no Outono.

A primeira teve lugar a 25 de Janeiro, em Estrasburgo. Os respectivos trabalhos deveriam preencher os dias 25 a 29 de Janeiro. Porém, em razão duma Resolução aprovada pelo respectivo Plenário, a ordem do dia fixada não pode ser cumprida.

Em próxima «Nota Breve» daremos conhecimento dos fundamentos daquela Resolução.

TSD não aderiram à greve

«Os social-democratas

não podem participar

nesta salada política

e sindicalmente iníqua,

onde se misturam

o PCP, o PS e a Intersindical»

A complexidade da actual situação político-sindical e o conhecimento continuado de novos factos levaram o Secretariado Nacional dos TSD, nos últimos tempos, a obter pareceres dos seus dirigentes, militantes e órgãos de base, na sequência dos quais procedeu a uma serena e cuidada análise dos acontecimentos conexos com o processo de alteração da legislação laboral, tendo deliberado, no passado dia 24 o seguinte:

— Expressar o seu escrupuloso respeito pelas posições que os dirigentes sindicais social-democratas decidiram assumir no seio dos órgãos da UGT e dos Sindicatos, protagonizando com elevado grau de independência e autonomia as funções sindicais para que foram eleitos pelos trabalhadores.

— Reafirmar a posição sempre assumida, do passado, de que não considera a modernização da legislação laboral como um tabu, de resto na linha das posições da UGT e de todas as forças democráticas de Portugal. Mas reafirma também que o texto enviado para a Assembleia da República contém preceitos que continuam a rejeitar, designadamente aqueles que respeitavam à definição de justa causa face à impossibilidade de reatamento de normais relações

de trabalho, ao modo de formulação da inadaptidão como causa objectiva e à diminuição das garantias dos representantes dos trabalhadores.

— Denunciar e repudiar o aproveitamento político que o Partido Socialista e o Partido Comunista vêm despididamente fazendo das posições que o movimento sindical democrático tem adoptado, num aviltamento do conceito de independência sindical que aquelas forças políticas por razões estritamente partidárias parecem não entender.

Esta colagem e as declarações desabridas e inconsequentes que vêm sendo proferidas pelos principais dirigentes socialistas e comunistas mostram à evidência a necessidade vital que têm de ir à boileira de acções sindicais. A este respeito, formulamos o nosso mais veemente protesto e repúdio pela utilização política, tão abusiva quanto indevida da disponibilidade generosa que muitos trabalhadores pon-

deravam para responder positivamente ao movimento sindical democrático.

São hoje claros para os TSD os seguintes aspectos:

— O Partido Comunista e o Partido Socialista adulteraram o sentido estritamente sindical de recomendação de greve subscrita pela UGT aos seus sindicatos e feriram-na de morte na sua pureza.

Tal greve passou a ter evidentes conotações políticas e muitos trabalhadores que já haviam dado a sua aquiescência reponderaram a sua posição e não a aceitaram.

— O processo a que vimos assistindo criou condições para que a Intersindical e o Partido Comunista pudessem eventualmente ganhar, momentaneamente algum fôlego perdido e, pelo seu seguidismo em relação à UGT e pelo aproveitamento político que estão a fazer de uma acção que se pretendia sindical no seu maior purismo, comprometam irremediavelmente o

sentido da manifestação de protesto marcada para o próximo dia 28.

— Os TSD aguardaram, até ao limite do razoável, que a conotação política da greve de protesto fosse desmistificada por quem tinha o dever e os meios para o fazer. Assim não aconteceu, tendo-se deixado, por acções e por omissão, que a condução da manifestação caísse objectivamente na rua e nela pegassem forças tão diversas que vão desde a UDP ao PS, passando pelo PCP e outras forças extremistas, numa evidente manobra de cariz partidário, inaceitável para os TSD e para todos os trabalhadores democratas portugueses.

— Assim, é agora mais do que evidente a articulação entre socialistas e comunistas neste complexo processo, como o demonstram factos claros a nível da constituição de listas para próximas eleições sindicais. Os social-democratas não podem participar nesta salada política e sindicalmente iníqua, onde se misturam o PCP, o PS e a Intersindical, pelo que, não obstante a sua rejeição clara a alguns princípios do diploma que se encontra na AR, declaram não apoiar a greve geral do dia 28 e recomendam aos trabalhadores portugueses que não adiram a esse movimento.

Da revisão Constitucional

A necessidade da revisão constitucional decorre, não de mero capricho do P. S. D., mas do facto inquestionável de o texto da nossa Lei Fundamental se encontrar completamente desajustado da realidade portuguesa.

A verdade é que, a Constituição da República, aquando da sua feitura, já se encontrava completamente desajustada da realidade portuguesa na perspectiva de integração europeia que à data se iniciou e que permitia antever a adesão de Portugal à C. E. E..

Torna-se, pois, premente, doze anos após a sua aprovação, a revisão do Texto Constitucional, de molde a libertar o nosso sistema jurídico-político



VÍTOR FONSECA

da enorme carga ideológica e marxista que ainda subsiste. Importa, desde logo, definir

o que se pretende com a revisão da Lei Fundamental, quais os objectivos políticos e/ou programáticos e qual a técnica jurídico-constitucional que se vai adoptar.

Na nossa perspectiva, e uma vez que está fora de hipótese a feitura de um novo texto Constitucional, o trabalho a desenvolver, de resto consagrado no Projecto de Lei de Revisão apresentado pelo nosso Partido, deve expurgar do actual texto todas as referências marxistas e colectivas inibitórias do desenvolvimento cultural, económico e social da nação portuguesa.

Por outro lado, a revisão deve ter a preocupação de aperfeiçoar, tecnicamente, o texto constitucional, de molde a que o mesmo se traduza na

reformulação do texto e não seja um mero somatório de arranjos avulsos para responder a interesses partidários.

A elaboração de um novo texto constitucional terá, pois, de tomar em consideração:

a) A necessidade de encontrar o máximo consenso entre os partidos democráticos, sem abdicar dos princípios, desde sempre defendidos pelo nosso partido, elaborando um diploma que, pela sua «simplicidade», não seja gerador de conflitos na sociedade portuguesa ao nível da sua super-estrutura legal.

b) A integração de Portugal na C. E. E. e a evolução da Europa comunitária para uma maior unidade política e jurídica e, consequentemente, uma «diminuição» da importância

dos ordenamentos jurídicos nacionais face à nova ordem jurídica comunitária.

Neste sentido as principais orientações de natureza económica deverão constar em lei ordinária e não estarem, como estão, regulamentadas no texto constitucional.

A Constituição de 1976 revista em 1982, mantém, na sua estrutura básica, factores de ordem ideológica que não se coadunam com a sociedade portuguesa.

É essencial, como defendia Francisco Sá Carneiro, que a Constituição seja o máximo denominador comum dos portugueses, porém, tal objectivo deve ser pautado pela defesa dos princípios que sempre animaram o nosso partido e que constituem a base das grandes

reformas estruturais para a construção de um Portugal mais justo, mais rico e culturalmente mais dinâmico.

Nesse sentido o Projecto de Lei de Revisão Constitucional do PSD representa um enorme contributo para a efectiva revisão da Constituição, a qual só não ocorrerá, se os partidos da oposição, nomeadamente o P. S., optarem por uma posição negativa e bloqueadora do processo de revisão.

Rever a constituição é um objectivo patriótico que deve mobilizar os portugueses, todos os portugueses, pressionando os partidos através de todos os meios ao seu dispor, no sentido de impor uma revisão constitucional e democrática.

Abrantes

Nos termos do artigo 49º dos Estatutos do Partido Social Democrata convoca-se uma reunião ordinária da Assembleia da Secção de Abrantes para as 21 horas do dia 16 de Abril, na sede da Secção em Abrantes, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Eleição do delegado da Secção ao XIV Congresso nos termos do respectivo regulamento.
- 3 — Análise da situação política.

Algés

Ao abrigo da alínea c), do nº 2 do Art. 48º dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se uma Assembleia de Militantes Extraordinária para o dia 15 de Abril a realizar na Sede da Secção, Av. Carolina Michaelis, Lote 72-B em Linda-a-Velha, pelas 21 h com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição dos Delegados ao XIV Congresso Nacional do Partido.

Amarante

Nos termos estatutários do PSD convoco todos os militantes para uma assembleia eleitoral, a realizar na sede concelhia do Partido, no dia 16 de Abril, a decorrer das 20 às 23 horas com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição dos delegados ao XIV Congresso Nacional do Partido.
- 2 — Eleição de:
 - 2.1 — Mesa do plenário concelhio
 - 2.2 — Comissão Política Concelhia
 - 2.3 — Delegados à Assembleia Distrital

Aveiro

Ao abrigo do disposto no art. 49º dos Estatutos do PSD, convoca-se uma Assembleia de Secção para o próximo dia 15 de Abril, pelas 21h30, na Sede da C. P. C., Avenida Dr. Lourenço Peixinho, nº 177, 1º andar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Aprovação das Contas e Orçamento da Comissão Política Concelhia;
- 2 — Análise da situação político-partidária.
- 3 — Eleição de 3 delegados e 6 observadores ao XIV Congresso Nacional.

Nota: Esta convocatória anula a anterior, marcada para dia 8 de Abril.

CONVOCATÓRIAS

Benavente

Nos termos dos Estatutos, convoco a Assembleia de Secção para reunir extraordinariamente no dia 6 de Abril pelas 21 horas, na sede do PSD, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Eleição de um delegado e dois observadores ao próximo Congresso do PSD — discussão e aprovação da metodologia a seguir.

Bonfim (Porto)

Ao abrigo do disposto no Art.º 48º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Secção do Bonfim-Porto, a reunir no dia 8 de Abril pelas 21.30 horas, na sua sede, sita na Avenida Rodrigues de Freitas, 46 — Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Apreciação e votação do Relatório e Contas do ano de 1987.
- 2 — Informação da situação do edifício-sede.
- 3 — Análise da situação político-partidária.

*

Ao abrigo do disposto no Art.º 48º, ponto 2, alínea c), dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Secção do Bonfim (Porto) a reunir no dia 15 de Abril com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição dos Delegados ao XIV Congresso Nacional do Partido Social Democrata.

Faro

Nos termos estatutários do PSD, convocam-se todos os militantes, para uma reunião a realizar na sede concelhia, Rua Vasco da Gama nº 54 1º dtº no dia 16 de Abril, a decorrer das 15 às 19 h, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição dos 4 Delegados ao Congresso.

Matosinhos

Ao abrigo do disposto nos Estatutos do PSD e no Regulamento Eleitoral da Assembleia da Secção, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Secção Concelhia de Matosinhos para o dia 15 de Abril entre as 18 e as 21.30 horas, na sede concelhia, Rua Mousinho de Albuquerque, nº 98, com a finalidade de:

— Eleger os Delegados da Secção ao XIV Congresso Nacional do PSD, a realizar em Lisboa nos dias 17, 18 e 19 de Junho de 1988.

Ao abrigo do disposto no artigo 49º dos Estatutos do PSD e a requerimento da Comissão Política Concelhia, convoca-se a Assembleia da Secção de Matosinhos para reunir extraordinariamente no dia 15 de Abril pelas 21h30 na sede concelhia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Antecipação de eleições para a Comissão Política da Secção.

Olhão

Nos termos e em conformidade com o regulamento aprovado pelo Conselho Nacional e publicado no «Povo Livre» de 13/3/88 convoca-se um plenário concelhio para o próximo dia 15 de Abril, pelas 21 horas, na sede do nosso Partido com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição dos delegados e observadores ao XIV Congresso Nacional.
A eleição decorrerá das 22 às 23.30 horas.

Rio Maior

Ao abrigo dos art.ºs 48º e 49º dos Estatutos, convoco a Assembleia da Secção para reunir no dia 8 de Abril, pelas 20.30 horas, na sede da Associação Comercial e Industrial de Rio Maior, situada na Rua D. Afonso Henriques, junto ao Cinema, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas da Comissão Política, referente ao período findo em 31.12.1987.
2. Análise da situação política.
3. Eleição do delegado e observadores ao XIV Congresso Nacional e respectivos suplentes.

Santa Maria da Feira

Nos termos do artigo 15º alínea a), convoco a Assembleia de Secção de Santa Maria da Feira do PSD, para reunir extraordinariamente, no dia 15 de Abril pelas 21 horas, na sede Concelhia do Partido, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

— Eleição dos Delegados ao XIV Congresso Nacional do Partido.

Santarém

Nos termos dos artigos 48º e 49º dos estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santarém, a reunir extraordinariamente, no dia 15 de Abril, pelas 21.30, na nossa sede concelhia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Eleição dos Delegados aos XIV Congresso Nacional
- 3 — Análise da situação política autárquica
- 4 — Análise de situação político-partidária

Secção C

Nos termos estatutários aplicáveis, convoco a assembleia de militantes da Secção C de Lisboa (Olivais e Marvila) para uma reunião a efectuar dia 15 de Abril, pelas 21.30 horas, na Sede da Secção, Rua Cidade de Cabinda, 6-C, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Eleição de delegados ao XIV Congresso Nacional do PSD.

Povo Livre

Sai às quartas-feiras

PROPRIEDADE
PSD — Partido Social Democrata

Director: DUARTE LIMA

Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas)
R. de Buenos Aires, 39 • 1296 LISBOA CODEX
Telefs. 60 90 42/60 21 40 • SAPL Telefs. 60 93 79/60 21 40

Depósito legal n.º 1970/83

Composição e Impressão:
Mirandela & C.ª (Irmão), Lda.
Tv. Condessa do Rio, 7-9 — 1200 LISBOA

Distribuição:

VASP - Soc. Transporte e Distribuições, Lda.
R. Joaquim António de Aguiar, 43-1.º Esq.
1000 LISBOA

LEIA
E
DIVULGUE
POVO
LIVRE

Decisões e medidas mais relevantes aprovadas pelo Governo durante o mês de Fevereiro

- Aprovação da Proposta de Lei relativa à Lei de Bases de Reforma Agrária;
- Aprovação da Proposta de Lei do Arrendamento Rural;
- Aprovação da Proposta de Lei do Emparelhamento Rural;
- Aprovação do diploma que fixa o regime das indemnizações definitivas aos proprietários expropriados na zona da Reforma Agrária;
- Aprovação da Proposta de Lei que altera a Lei do Contrato Individual do Trabalho e flexibiliza a legislação laboral;
- Aprovação da Proposta de Lei que aprova a Lei de Bases dos Sistema Desportivo;
- Aprovação do Estatuto da Imprensa Regional;
- Aprovação do novo regime que cria benefícios fiscais para as Sociedades de Desenvolvimento Regional e para as Sociedades de Capital de Risco;
- Isenção do Imposto de Selo nos processos de aumento de capital nas Empresas em recuperação;
- Aprovação de um Plano de Modernização e Reconversão dos Caminhos de Ferro Portugueses, a realizar durante 6 anos e cujo investimento ascende a 230 milhões de contos;
- Alteração do novo Estatuto do Pessoal das Administrações e Juntas Autónomas dos Portos, com grandes benefícios para os seus trabalhadores;
- Aprovação do regime do exercício dos direitos das Associações de Estudantes;
- Aprovação do regime de apoios técnicos e financeiros a conceder pelo FAOJ às actividades juvenis;
- Criação do Gabinete de Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal;
- Aprovação da Lei Orgânica da Universidade do Porto;
- Alterações ao diploma que criou a Escola de Polícia Judiciária;
- Criação de incentivos à colocação nas Regiões Autónomas para Conservadores, Notários e Funcionários dos Registos e Notariado;
- Aprovação do Programa Interministerial para a Desburocratização e criação de equipas do projecto visando a simplificação administrativa;
- Criação do Gabinete de Saneamento Básico da Costa do Estoril;
- Autorização da celebração do contrato de concessão de construção e exploração de um porto para navegação de recreio na Ribeira de Bonsafim — ALGARVE.

FLAGRANTES — 14

Roma, cidade eterna

Numa das mais belas salas do Palácio de Montecitorio, sede do Parlamento Italiano, iam reunir-se os vinte deputados, representantes de outros tantos Parlamentos Europeus.

Cada um levava um monte de documentos em pastas apropriadas.

A sala era uma babel de línguas diferentes, embrulhadas em sorrisos e abraços. Estes são também uma linguagem. Não precisa de tradução. É universal. Dão-se e recebem-se em todas as línguas e servem a todas as medidas: aos magros, aos gordos, aos altos, aos baixos. O abraço era, ali, a mensagem da fraternidade...



FERNANDO AMARAL

Bateram as dez horas... fez-se silêncio... cada qual tomou o seu lugar e a reunião começou.

A confusão das línguas afinou-se no francês corrente, e os trabalhos iniciaram-se com a pontualidade e com o ritmo programados.

A eficiência tomou ali o seu assento. Os direitos do homem, os direitos da criança, o aprofundamento da Democracia Pluralista e a protecção da dignidade humana face ao tratamento automatizado dos dados pessoais, foram temas que preencheram as reuniões que se sucederam de manhã e de tarde.

Depois... foi o desejo infrene de percorrer as ruas de Roma.

De guia e mapa nas mãos parti à conquista das maravilhas da Cidade Eterna. Em cada praça, em cada rua, em cada recanto, numa harmonia que o tempo consolidou, a arte, a beleza, a história explodiam em documentos moldados na pedra viva, no mármore branco e doce ou na geometria das tijoleiras que o barro prendeu desafiando os séculos.

Cada ruína, cada templo, cada palácio, cada estátua, cada fonte é um grito da humanidade a testemunhar o longo percurso da História.

Dali partiram as legiões para construir um império. Roma conquistara o mundo e fizera-se cabeça do mais forte domínio que subjugou os povos. As ruínas têm um vigor fresco de uma beleza que não morre. Elas falam-nos, com palpante veemência, dos factos que fizeram os tempos.

No Coliseu ouvimos o ulular das multidões perante o sacrifício doloroso dos cristãos; no Fórum sentimos o fragor da luta de classes e a voz de Menémio Agripa na defesa da República; a palavra dos togados, na defesa dos privilégios; o eco do apelo guerreiro de Catão para destruir Cartago; a eloquência de Cícero nas suas Catilinárias. Pelas vias da cidade muralhada ouvimos o atropelo das multidões em fúria na escravidão revoltada, chefiada por Espartaco, e os gritos alucinantes das populações esmagadas pela invasão dos bárbaros.

Roma nascera de uma luta fratricida. Rómulo assassinara o irmão e sobre essa mancha de sangue cresceu e se afirmou pelas sete colinas que a envolvem. Foi monarquia, foi república, foi império; foi de novo monarquia e hoje faz parte duma grande e promissora República.

Incendiada e destruída, por várias vezes, sempre renasceu mais pujante e poderosa. Fez os caminhos que percorreu com as bandeiras do poder, da força, da violência.

Mas foi também a grande arquitecta do mundo conhecido: abrindo estradas, construindo pontes, templos, fortalezas, palácios; semeando cultura, arte e saber e disciplinando as relações humanas e os seus interesses na mais fecunda e admirável formulação do Direito. São as maravilhas do presente na evocação eterna dum passado que marcou as rotas da Humanidade.

Hoje é mensageira da solidariedade e da Paz. Bem aconchegada no seu seio, a pequena cidade do Vaticano é o coração de um mundo novo no apelo constante ao Amor, à Fraternidade, à Justiça, à Liberdade sustentadas na Esperança dum Mundo melhor.

Por entre o choque de tantas emoções, dei comigo na Via Ápia, olhando os espaços como quem sonda o futuro, a relembrar a pergunta que ali, há perto de 2 000 anos, fora feita ao caminhante: Quod Vadis?

E os pensamentos do passado me tomaram de novo... Roma e Amor têm a misteriosa identidade de se escreverem com as mesmas letras.

Plano Nacional de Saúde Animal

Os aspectos ligados à produção animal revestem-se de uma importância fundamental no quadro do desafio comunitário.

O anúncio feito pelo secretário de Estado da Agricultura da implementação do plano nacional de saúde animal, medida há muito esperada, aliás uma das promessas eleitorais do PSD, proporcionou ao deputado social-democrata Oliveira Matos, a oportunidade de se debruçar sobre uma matéria cuja importância é fundamental, no quadro do desafio comunitário, na medida em que o País tem necessidade, de produzir com qualidade e preço que se enquadrem, nas regras que disciplinam as trocas comerciais no espaço comunitário.

Trata-se, disse Oliveira Matos, de um investimento fundamental para a prossecução dos objectivos de obtenção de efectivos pecuários sãos e explorações indemnes, quer do ponto de vista sanitário quer da consequente rentabilização económica de actividade que envolve apreciável número de trabalhadores portugueses, o plano nacional de saúde animal, foi possível graças ao empenhamento do Governo na mobilização dos meios necessários, nomeadamente através do sucesso nas negociações em Bruxelas dos apoios financeiros necessários a tal envolvimento.

Com a execução deste plano certamente será possível, a médio prazo, eliminar ou esbater os obstáculos ligados aos problemas de saúde animal, que podem impedir a livre circulação de produtos para o «mercado único em 1982».

Sem efectivos pecuários sãos continuou Oliveira Matos, nunca teremos pontes de matéria-prima que permitam à nossa indústria agro-alimentar concorrência no mercado in-

terno e muito menos pensar na hipótese de exportação para os restantes países comunitários.

É nesse contexto que se reveste de primordial importância o conjunto de medidas agora anunciadas.

Para a execução deste plano, conta o Governo com o envolvimento conjunto dos Serviços Regionais de Agricultura, Direcção-Geral da Pecuária, associações de criadores e cooperativas, directa ou indirectamente através dos Agrupamentos de Defesa Sanitária.

Do âmbito do plano destacam-se os objectivos de execução de programas de erradicação acelerada da tuberculose, brucelose e leucose de ruminantes, da peste suína africana e clássica e de controlo e manutenção de indemnidade da raiva e febre aftosa, entre outros.

O envolvimento financeiro deste conjunto de actividades é da ordem dos 4 (quatro) milhões de contos, para os quais contribuiu decisivamente, através do P. E. D. A. P. a mobilização de comparticipação comunitária, disponível no ano em curso, de mais de um milhão de contos.

No entanto, as dificuldades de execução de um plano arrojado como este, levou ao estudo e implementação de uma nova metodologia de trabalho, no campo, envolvendo mais os criadores e suas associações, através do lançamento de um novo programa: Agrupamentos de Defesa Sanitária — ADS's, consubstanciando, assim, a ideia de que só o empenhamento e sensibilização dos particulares pode servir de motor de arranque para a mo-



OLIVEIRA MATOS — Produzir em qualidade

dernização que se pretende para a pecuária e indústria agro-alimentar.

Foi nesse sentido que do total dos 4 (quatro) milhões de contos afectos ao plano, se encontra adstrita aos ADS's uma verba da ordem de um milhão e cinquenta mil contos, para suporte das despesas de instalação e funcionamento.

Registos zootécnicos, incentivos à inscrição dos animais e à recria de fêmeas, a valorização de reprodutores através de leilões subvencionados, a difusão de semen de qualidade, a montagem de centros de testagem, a informatização do sistema de contraste leiteiro, a publicação de registos e monografias são, entre outras, armas com que se conta para o combate em que todos temos de nos envolver.

Aguarda-se agora que, para além dos meios e dos serviços anunciados, outros se lhe sigam, nomeadamente a fiscalização rigorosa do chamado

«turismo de gado» que, embora decrescente, ainda se pratica nalgumas zonas do país. Doutra forma, zonas que se conseguem tornar indemnes podem, por falta de cuidado, ou por «visita» dos citados turistas, quando contaminados, cair novamente na situação anterior, deitando a perder a dedicação, o trabalho e os meios financeiros entretanto utilizados.

Por outro lado, impõe-se um mais apertado controlo das condições higio-sanitárias dos locais de abate. A manutenção de locais de abate sem as condições necessárias para a obtenção de produtos de qualidade, para além de colocar os seus possuidores (públicos ou privados) em desleal concorrência com quem cumpre normas técnicas e legais, são reconhecidamente centros e locais de proliferação de agentes patogénicos que podem pôr em risco a saúde pública.

Plano de Paz para o Médio Oriente

George Shultz — mercador de sonhos

Após duas semanas de intensos contactos e deslocações, George Shultz viu goradas as suas tentativas para desbloquear as suas tentativas para desbloquear a situação no Médio Oriente.

A PENAS o Egipto se mostrou receptivo ao plano de paz norte-americano para a região e, agora, tudo se complicou ainda mais, com a intransigência mostrada por Yitzak Shamir, primeiro-ministro israelita, na sua recente deslocação a Washington.

O plano de paz norte-americano para o Médio Oriente e que Shultz levou a Telavive, Cairo, Amã e Damasco, assentava numa questão fundamental: a realização de uma conferência internacional, sob os auspícios do Conselho de Segurança da ONU, que reunisse todas as partes envolvidas no conflito, incluindo os palestinos. Esta conferência teria

por objectivo lançar as bases para permitir a autonomia dos territórios, concretamente, definindo um estatuto provisório e um Governo de regime interino para os próximos três anos. Depois, seria, então, colocada a questão da autonomia. Para Shultz, uma das preocupações imediatas era, também, melhorar as condições de vida dos palestinos nos territórios ocupados, nomeadamente através do melhoramento da rede de infra-estruturas, escolas, vias de comunicação, etc.

Só que todos rejeitaram o «plano Shultz» e o impasse continua a manter-se ao mesmo tempo que a violência cresce na região. Os problemas

que se colocam, de momento, são a questão do destino a dar aos territórios ocupados e a desestabilização que o conflito está a provocar nos países árabes vizinhos.

Tanto a Jordânia como o Egipto (o único país que mantém um acordo de paz com Israel) olham com preocupação a instabilidade que cresce dentro das suas fronteiras, devido ao problema palestino. Inclusive, as autoridades do Cairo, que já foram soberanas sobre Gaza, não estão interessadas em revê-la. Em relação à posição defendida pela Síria, a conferência não se deve limitar a lançar um processo, mas sim a permitir já uma solução e colocando a OLP como única representante legítima dos palestinos, pretensão essa que é, também apoiada pela Jordânia.

Para Israel, estas posições entram em confronto com os seus objectivos e o próprio plano americano não satisfaz Telavive. Primeiro, os israelitas não reconhecem a OLP, o que

desde logo levanta entraves à realização de conversações. Em segundo, Israel não está interessado em continuar com a ocupação militar, devido à guerra de desgaste que está a sofrer e, também, às divisões internas que a situação está a provocar; como também não está disposto a permitir a autonomia da Cisjordânia e, principalmente, de Gaza, a qual, em certas condições, poderá ser uma excelente base de apoio para grupos radicais lançarem ataques contra Israel.

Mas também para os Estados Unidos, toda esta situação é incómoda. Para já, ela poderá significar a perda da influência da Administração Reagan no Médio Oriente e, por outro lado, os americanos poderão adiar uma solução por mais um ano, devido às suas eleições presidenciais em Novembro, com todas as consequências que daí possam advir. Esta será uma das razões pela qual a Casa Branca tem exercido uma enorme pressão so-

bre o Governo israelita, para que se torne mais flexível.

Shamir intransigente em Washington

Um dos maiores problemas que o Governo israelita está a enfrentar em relação à questão palestina são as cisões que começam a surgir no seu interior. Já não é só o problema de muitos militares estarem a insurgir-se contra a ocupação militar. Também a deslocação de Shamir a Washington foi fortemente marcada por estas cisões e, principalmente, por parte do ministro dos Negócios Estrangeiros, Shimon Peres, que se tem mostrado abertamente contra o chefe do Executivo israelita.

O problema residia no facto de Shamir pretender adiar qualquer tomada de posição antes das conversações com as autoridades norte-americanas, em que iria tentar modificar o «plano Shultz». Para Shimon

Peres tudo o que fosse levado para Washington devia ser a posição oficial de Israel.

Dai não ter constituído surpresa o facto de Shamir ter reiterado, em Washington, a sua total rejeição ao plano de paz americano para o Médio Oriente.

Só que, pelo seu lado, Ronald Reagan também não se mostrou disposto a ceder às exigências israelitas e as conversações saldaram-se, assim, por um fracasso.

Para já e em termos de consequências imediatas, nada leva a crer que esta situação afecte as relações bilaterais entre Israel e os Estados Unidos, pela forte influência da comunidade judaica americana. O que está em jogo é o adiar de uma solução para o problema palestino e, também o facto de os israelitas poderem vir a ter, a breve prazo, de enfrentar um processo de eleições antecipadas. E essa será, sim, a grande «prova de fogo», tanto para israelitas como para palestinos.

BREVES

BASES MILITARES — Washington e Manila anunciaram que as negociações sobre o estatuto das bases militares norte-americanas nas Filipinas, só terão início a 5 de Abril. O acordo militar entre os dois países vigora já há 41 anos e, actualmente, estão cerca de 17 mil soldados americanos estacionados naquela região.

BRASIL — O presidente brasileiro José Sarney obteve uma importante vitória política, ao ver aprovado pela Assembleia Constituinte, o actual sistema presidencial de governo. A aprovação foi obtida por 344 votos a favor, 212 contra e três abstenções.

AFEGANISTÃO — Eduard Shevardnadze, ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, manifestou em Washington, a intenção de Moscovo em assinar o acordo de paz para o conflito do Afeganistão, antes do início da retirada das suas tropas daquela região. Quanto à possibilidade de essa retirada se verificar ainda este ano, Shevardnadze afirmou que a mesma é encarada com boas perspectivas.

LIBÉRIA — Uma conspiração para derrubar o Governo e assassinar o presidente Samuel Doe, foi abortada na Libéria. A tentativa de golpe foi levada a cabo pelo líder do ilegalizado Partido para a Unificação da Libéria, conjuntamente com alguns membros das Forças Armadas, que se encontram detidos.

GIBRALTAR — Os Trabalhistas obtiveram uma esmagadora vitória nas recentes eleições em Gibraltar, ao conseguirem 58 por cento dos votos. Joe Bessano, líder do Partido Trabalhista, afirmou, entretanto, que vai denunciar o processo de Bruxelas, iniciado em 1984, e segundo o qual, a Espanha e a Grã-Bretanha se propunham encontrar uma solução para o diferendo que os opõe em relação ao Rochedo.

**Militante
lê, divulga
e participa
no
«Povo Livre»**

**A 24 de Abril
próximo, os
franceses voltam
às urnas para
eleger o seu novo
presidente.**

TERMINA, assim, a V República, período caracterizado pela coabitação entre duas ideologias diferentes, entre um chefe de Estado socialista e um Governo de direita. Mas é, também, ao fim de sete anos de presidência, que François Mitterrand anuncia a sua recandidatura ao lugar, posição essa que está a gerar grande agitação nos meios políticos franceses.

O anúncio da recandidatura de Mitterrand às próximas eleições presidenciais, que se iniciará no mês de Abril, não foi tão inesperado como seria de prever. O actual presidente francês, com 71 anos de idade e ao fim de sete anos no Palácio do Eliseu, mostrou que está disposto a assumir, ainda, a liderança dos destinos da França, mesmo perante o espectro de nenhum presidente ter, até hoje, terminado o seu segundo mandato.

Mitterrand, cujo o mandato foi marcado pela coabitação com o Governo conservador de Jacques Chirac, um dos seus opositores na corrida presidencial, só tardiamente tornou conhecida a intenção de se recandidatar e os objectivos políticos desta sua atitude.

Para já, ela não é assumida como candidatura oficial do

PSF — Partido Socialista Francês — mas sim como um homem disposto a unir todos os franceses acima dos interesses e lutas partidárias. «A França não pode ser unida se os interesses privados, que são por natureza egoístas, exercerem o seu domínio sobre o país, pondo em risco a sua estrutura social», afirmou o presidente à Televisão.

Mas o enquadramento político desta recandidatura é muito ambíguo. Mitterrand já se viu forçado a governar, durante sete anos, com uma maioria que lhe era hostil; e a próxima é, ainda, uma incógnita. Os riscos envolvidos são, também, difíceis de avaliar, mas existem, embora as sondagens apontem como certa a passagem do actual presidente à segunda volta do acto eleitoral. No entanto, Mitterrand tornou bem evidente que, se reeleito, caso a Assembleia Legislativa não dê voto favorável ao Executivo que, de acordo com a lei, nomear, dissolverá o Parlamento.

As eleições presidenciais francesas parecem, assim, assentes numa franja de votos entre os que apoiam abertamente Mitterrand e a ala liberal e gaulista, encabeçada por Barre e Chirac, franja essa que acabará por decidir o futuro próximo da França, mas que, para já, se mostra receptiva a uma nova coabitação. Aparte disto, Mitterrand enfrenta, ainda, uma conjuntura política que lhe poderá ser favorável ou não.

O projecto socialista de Mitterrand parecia, de início, destinado a um fracasso que

acabaria por aniquilar a figura política do presidente. Mas este, através de um correcto posicionamento, assumido o papel de árbitro, conseguiu recuperar todo o seu prestígio. Embora este papel possa, agora, ser preterido na corrida eleitoral, surgindo Mitterrand como mais um peão no xadrez da cena política, mesmo assim ele conta, ainda, com uma larga maioria que o suporta. No entanto, a nível internacional, a vertente socialista não é vista com bons olhos, principalmente pelas grandes nações industrializadas com projectos políticos de tendência liberal ou conservadora, caso dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha ou da Alemanha Federal.

As cisões na direita francesa

Jacques Chirac, o representante do partido conservador neogaullista, é, para já, o candidato que se mostra com mais possibilidades de bater Mitterrand. Antigo primeiro-ministro de Giscard d'Estaing, Chirac está disposto a lutar, não só contra toda a oposição, liderada pelo actual presidente, mas também contra os candidatos da sua própria linha política. Chirac parece disposto a assumir, finalmente, o papel principal da vida política francesa, visto que, devido à Constituição de 1958, o cargo do primeiro-mi-

nistro é secundário em relação às competências e importância do Presidente da República na condução da Nação.

Raymond Barre é o outro candidato forte da direita francesa, paralelamente com o actual primeiro-ministro, com o qual mantém ampla coerência em termos de projecto político. A única grande diferença entre os dois é que, enquanto Chirac está disposto a manter a actual maioria e a prolongar o seu programa, Barre certamente procurará uma nova maioria que lhe seja mais favorável, particularmente dentro dos apoios de Chirac.

Jean Marie Le Pen é a terceira figura que aparece envolvida neste processo e que acentua ainda mais a clivagem no bloco conservador. Representante da extrema-direita, marcado pelo radicalismo e pelo racismo da nacionalidade, Le Pen surge, no entanto, com 11 por cento dos votos da primeira volta, de acordo com as sondagens.

A ala da direita francesa aparece, assim, assente num trinómio de figuras que entre si repartem 52 por cento dos votos, mas, e ainda segundo as sondagens, o seu candidato só obterá 46 por cento à segunda volta. E são precisamente as relações eleitorais entre os candidatos da direita que poderão ou não captar esta franja do eleitorado tão necessária. No entanto, um facto é inegável: as próximas eleições francesas ficarão decididas na segunda volta entre François Mitterrand e um dos candidatos do bloco conservador, Barre ou Chirac, pelo apoio que qualquer um deles conseguir das suas bases.

Presidenciais francesas

**François Mitterrand:
nova corrida para o Eliseu**

JOVEM reformista

ÓRGÃO OFICIAL DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRÁTICA

JOVEM REFORMISTA

ANO V • N.º 357 • 30 DE MARÇO DE 1988

COORDENADOR

PEDRO GOMES

COORDENADORES-ADJUNTOS

MANUEL DUARTE

PAULO GUEDES DA SILVA

SUPLEMENTO AO «POVO LIVRE» AO N.º 701

NESTA EDIÇÃO

- FORMAÇÃO AUTÁRQUICA
- JUVENTUDE
- ELEIÇÕES PARA O CNJ

PORTO

ENCONTRO DE FORMAÇÃO: «O JOVEM NA VIDA LOCAL»

«A JSD deve ser o pilar do poder autárquico» — afirmou Manuel Moreira, naquele que foi um dos momentos altos deste encontro de formação autárquica. O debate, organizado pela CPD/JSD Porto, no passado dia 5, está inserido num plano que visa, desde já, a preparação das próximas eleições autárquicas. Assim, foi dada aos jovens militantes sociais democratas a oportunidade de trocar ideias sobre o papel da Juventude no poder local. Por outro lado, a formação dos autarcas já eleitos e dos futuros candidatos a estes cargos, é fundamental no alargamento dos quadros da JSD nesta área.

«Há que fazer uma aposta na qualidade», disse Miguel Macedo, vice-Presidente da CPN/JSD e o primeiro orador deste encontro. O deputado social-democrata faria referência aos cursos, já em funcionamento, de formação de autarcas, promovidos pelo IPSD. Outro dos pontos focados por Miguel Macedo, é o levantamento, a nível nacional, dos jovens autarcas eleitos e não eleitos, que está a ser levado a cabo pela CPN/JSD. Assim, será possível delinear uma estratégia orientadora da intervenção da JSD nas eleições autárquicas.

Um dos aspectos salientados no debate foi o desinteresse manifestado pela Juventude Portuguesa dos problemas das suas autarquias. José Lachado, jovem autarca da junta de Freguesia do Bonfim, Porto, diria mesmo que esta desmotivação estende-se aos autarcas da JSD. Estes, são muitas vezes votados a um certo isolamento provocado pela desconfiança e conservadorismo dos mais velhos. Daí, que se tenha de sensibilizar a juventude pelos problemas do poder local, de modo a que esta possa ter voz nos municípios.

Após o período de almoço seria a vez de Carlos Coelho, presidente da CPN/JSD pronunciar-se sobre a modernização administrativa das autarquias, defendendo a necessidade de uma mudança na política destas. Durante muito tempo os municípios concentraram a sua acção na

construção de infra-estruturas que faltavam, desde estradas até ao saneamento básico. Hoje em dia e graças ao período de progresso que o nosso País atravessa, muitas infra-estruturas estão feitas ou em vias de conclusão. Portanto, há que desviar a intervenção do poder local para novas áreas de desenvolvimento. E será neste quadro que a JSD poderá desempenhar um papel importante dando «sangue novo» ao poder local. E que as próximas eleições autárquicas se-

rão extremamente importantes, «quem pensa que os resultados de 19 de Julho se vão refletir nessas eleições está muito enganado» frisou Carlos Coelho. «O que estará em jogo será a competência dos candidatos, pelo que ninguém pode ir ao reboque desses resultados» — adiantaria ainda o Presidente da CPN/JSD.

Após a intervenção de Carlos Coelho seria dada a vez a Carlos Brito, Vice-presidente da CPN/PSD, que faria um discurso subordinado ao tema «O po-

der central e o poder local, relação e evolução». Aquele dirigente Social-Democrata começou por apontar a existência de um certo «corporativismo» nas autarquias e a tentativa por parte de alguns sectores em promover um «Democracia orgânica no poder local. Este, «é ainda muito experimental, porque nasceu de uma anarquia». «As autarquias responderam então», disse Carlos Brito, «a uma necessidade de estabilização, sentida pelas popula-

(Continua na página 8)

CONSELHO CONSULTIVO DA JUVENTUDE

Ao falar deste órgão consultivo, que se institucionalizou na Presidência do Conselho de Ministros, convém antes de mais referir a sua organização, para que se atinja desde já o objectivo informativo.

Foi tal órgão regulado de novo pelo Decreto-Lei 381/87 de 18 de Dezembro, que veio revogar a resolução do Conselho de Ministros n.º 12/86.

Cabe a Presidência deste órgão, ao membro do Governo responsável pela Área de Juventude, que compreende também os seguintes membros: um responsável do Ministro da Defesa; bem como do Ministro do Planeamento e da Administração do Território; do Ministro da Agricultura, Pes-

cas e Alimentação; do Ministro da Indústria e Energia; do Ministro da Educação; do Ministro do Emprego e Segurança Social; do Ministro do Comércio e Turismo; quatro representantes do Conselho Nacional da Juventude; um representante do Departamento de Juventude da UGT assim como da C.G.T.P.-IN sem esquecer um representante da Associação Nacional de Jovens Empresários; um da Associação dos Jovens Agri-

cultores de Portugal; do Secretariado Nacional de Educação Cristã bem como um representante de cada uma das organizações da Juventude dos cinco maiores partidos com assento Parlamentar; um representante das Associações de Estudantes do Ensino Superior designado pelas Associações Académicas, enquanto não for criada uma organização de âmbito nacional; assim como um representante do Ensino Secundário que será designado quando criada a organização de âmbito nacional. Por fim, um representante de cada um dos Governos das Regiões Autónomas.

Este órgão, que compreende tão extensa composição visa ser um órgão de consulta do membro do Governo responsável pela Área de Juventude. Tal órgão destina-se, pois, a analisar e dar parecer sobre questões que digam respeito à política de Juventude, nomeadamente programas de integração social dos jovens e di-

plomias que sectorialmente dizem respeito à Juventude.

Tal conselho, possui um regulamento interno, aliás na linha da generalidade de órgãos semelhantes a fim de facilitar o funcionamento eficaz do mesmo.

Estão previstas comissões especializadas, que embora sem poder deliberativo, possuem um importante papel, uma vez que muitas vezes são o motor dos trabalhos. Com efeito a fim de facilitar os trabalhos do Plenário, muitas vezes é necessário um trabalho prévio, que está a cargo dessas comissões.

Ultrapassado que foi a referência informativa, penso que podemos acrescentar algo mais, ou seja a minha visão do C. C. S. com efeito, a ideia de um conselho desta natureza é essencial numa política de juventude que se pretende implementar em Portugal pois devem os jovens debruçar-se e analisar as reformas estruturais que se pretendem imple-

mentar, em Portugal, sejam estas referentes à legislação laboral, associações de estudantes, educação, formação profissional ou outras.

Não só porque o futuro nos diz respeito enquanto sujeitos passivos, mas principalmente nele deveremos intervir de forma activa. Deste modo é necessário que exista massa crítica, vontade de intervir, de dialogar de discutir, alcançar consensos ajudando a descobrir melhores caminhos para a comunidade.

O esquema existente, ou seja, a presença de representantes de diversas organizações, concerteza que é o mais conveniente para se conseguir o objectivo em causa. Contudo, deverão as mesmas assumir esse estatuto e trabalhar nesse sentido, para se progredir de forma considerável. Não está em causa qualquer crítica, até porque os trabalhos têm decorrido, a meu ver, de forma positiva, mas como

tudo na vida poderá progredir e ser melhor.

Exigir mais e melhor participação é um dever quando se aposta num diálogo franco e aberto. Quando se deve pretender criar uma massa crítica a tal que protagonizará o encandeamento e efeito difusor na sociedade e a que poderá conduzir num futuro mais ou menos breve essa mesma sociedade.

Estes são princípios que devem continuar a nortear todos nós. Aqueles que se preocupam com a vida colectiva e que apontam sugestões para a mesma. O trabalho de reflexão e diálogo deve continuar a ser feito, cada vez mais e com mais profundidade.

Seguindo estes objectivos, penso que acções hoje denominadas C. C. S., amanhã com qualquer outra designação, poderão contribuir na ajuda de resolução de alguns problemas que afectam a Juventude e por conexão directa, a sociedade Portuguesa.

PEDRO PORTUGAL GASPAR

ELEIÇÕES PARA O CNJ

Realizaram-se no passado dia 21 as eleições para o Conselho Nacional de Juventude, tendo sido reeleito à 1.ª volta Pedro Pinto e eleitos Luís Monteiro como efectivo e David Lopes como suplente.

Saliente-se o facto de a JSD ter subscrito a candidatura de António Seguro e de ser a única organização de juventude com 2 lugares eleitos.



Momento em que Carlos Coelho (rodeado por José Meireles e Manuel Moreira) se pronunciava sobre a modernização administrativa das autarquias

destaque

CONCURSO EUROPEU DE FOTOGRAFIA

O Forum da Juventude das Comunidades Europeias lança entre 9 de Fevereiro e 9 de Maio de 1988 um concurso europeu de fotografia, desenhos e clips de vídeo. Os jovens terão assim o ensejo de pronunciar-se, traduzindo em imagens o actual modo de vida e exprimindo a sua visão do futuro na Europa de amanhã.

A Europa edifica-se:

- qual será o futuro de milhões de jovens no termo da sua vida escolar ou da sua formação?

- o que acontecerá aos 6 milhões de jovens desempregados?
- de que modo participarão no desenvolvimento da Comunidade?

Face aos discursos e apoiado por uma rede de movimentos de juventude que cobre a CE, o *Forum da Juventude* mobiliza os jovens para que tomem a palavra e se pronunciem sobre o seu futuro!

UM CONCURSO EM IMAGENS

1992! Que futuro?

Foi dada a partida, a contagem decrescente já começou: 1992 será o ano da renovação da Europa.

Não mais fronteiras, nem alfândegas, nem controlos; toda a Europa poderá ser atravessada sem sequer apresentar o bilhete de identidade ou o passaporte. Um sonho? Os jovens acreditam na Europa; têm dela uma imagem, mas quais são as suas expectativas?

Nos 12 países que constituem a Comunidade Europeia existem 6 milhões de jovens desempregados. Milhões de outros jovens, ainda na escola ou frequentando cursos de formação, interrogam-se sobre o seu futuro.

Outros, não estando propriamente no desemprego, não têm todavia verdadeiros empregos: são-lhes propostos novas medidas de formação e múltiplos estágios nem sempre verdadeiramente formativos; fazem estágios em empresas recebendo compensações verdadeiramente irrisórias.

E em 1992? Amanhã tudo melhorará?

OS JOVENS TOMAM A INICIATIVA!

Nem tudo corre bem na Europa: o Sr. Delors quer que seja o ano da unificação europeia, mas os Chefes de Estado hesitam, os "interesses nacionais" têm a prioridade e, contudo, em toda a Europa os jovens tomam a iniciativa. A bem da Europa é claro; mas principalmente para que tudo corra melhor.

É o que queremos mostrar. O desemprego e a crise desanimam os jovens, levam-nos a desistir e, muitas vezes, cheios de razão!

Contudo, sós, ou em grupo, os jovens reagem, reflectem, propõem, numa palavra, tomam a iniciativa; queremos mostrar também isso.

PRONUNCIA-TE COM IMAGENS

Este concurso é um concurso de imagens: Escolhemos três suportes: FOTOGRAFIA, DESENHO, CLIP DE VÍDEO. A palavra é livre, a imagem também. De-lo e mostra como vive a juventude na sociedade europeia.

O desemprego, a injustiça, a poluição, a droga, a SIDA, ou os direitos do homem, a solidariedade, a paz; a acção, a iniciativa para criar empregos: no âmbito deste concurso podem ser abordados os mais variados temas com um único imperativo — diz-lo em imagens!

QUEM PARTICIPA E COMO?

Todos os jovens de idade compreendida entre os 14 e os 30 anos, desde que vivam na Europa. Sós ou em grupo, consideramos que no seio da Comunidade Europeia todos os jovens devem poder expressar a sua visão do futuro!

Com a participação dos jovens queremos escrever em imagens o retrato da juventude europeia. O que pretendemos é estabelecer o panorama real do futuro e da iniciativa dos jovens.

Este concurso constitui também uma forma viva de fazer chegar junto dos homens políticos europeus a opinião dos jovens acerca da Europa dos jovens.

Se queres participar neste concurso, escreve para o Forum da Juventude das Comunidades Europeias, 10 rue de la Science, 1040 Bruxelas, Bélgica.

UM JÚRI CONSTITUÍDO POR JOVENS EUROPEUS!

Doze países, doze membros do júri! Desenhadores, fotógrafos, artistas, militantes de movimentos de juventude — jovens que, por uma vez, decidirão eles próprios os prémios a atribuir aos laureados do concurso.

Os melhores desenhos, fotografias e clips de vídeo serão apresentados ao público no mês de Outubro de 1988 durante uma reunião especial do Parlamento Europeu consagrada à inserção social e profissional dos jovens.

AS REGRAS DO JOGO

1. Os participantes devem viver num país europeu.
2. Devem ter entre 14 e 30 anos em 9 de Maio de 1988.
3. Os projectos podem ser apresentados por um jovem a título individual ou em equipa.
4. Os suportes do concurso são a fotografia, o desenho e o vídeo.
5. Não serão devolvidos aos participantes os documentos enviados ao Forum da Juventude.
6. As fotografias não podem ter um formato superior a 21x29,7 cm e os desenhos a 40x60 cm. Os clips de vídeo não podem exceder 5 minutos.
7. Todos os documentos devem ser enviados para a Sede do Forum da Juventude das CE, 10 rue de la Science, 1040 Bruxelas.
8. O concurso será lançado oficialmente em 9 de Fevereiro de 1988 e todos os documentos deverão dar entrada antes de 9 de Maio de 1988, o Dia da Europa.
9. Será constituído um júri formado por jovens vivendo nos 12 Estados-membros da CE que decidirá a atribuição dos prémios.
10. Os resultados serão anunciados no mês de Outubro de 1988.
11. Os laureados comprometem-se a ceder a propriedade dos direitos dos documentos ao Forum da Juventude das CE.

OS JOVENS TOMAM A INICIATIVA

9 DE FEVEREIRO A
9 DE MAIO
DE 1988

FORMAÇÃO AUTÁRQUICA

(Continuação da página 7)

ções». No poder local, vive-se, muitas vezes, uma política de campanário numa «guerra constante entre vizinhos», denunciou Carlos Brito. As populações estão muito fechadas sobre si mesmo, tendo uma visão restrita à sua paróquia. «Um dos grandes desafios da nova geração será a comunicação», frisou Carlos Brito que disse ser importante «que as pessoas tenham uma perspectiva global do seu país e do planeta, de maneira a poderem compreendê-lo».

Segundo o vice-presidente da CPN/PSD é esta

visão restrita do seu meio, que leva muitos autarcas a entrarem em conflito com o poder central.

O último tema a ser debatido foi a estratégia eleitoral do PSD para as próximas eleições autárquicas, tendo como orador o Secretário Geral Adjunto para as autarquias, Manuel Moreira. Este deputado social democrata salientava mais uma vez o desafio colocado ao PSD por estas futuras eleições. Pelo que é necessário «começar a reflectir sobre a maneira como vamos concorrer».

Manuel Moreira lembrou que «haverá uma grande

exigência na escolha dos candidatos». Cabe à JSD um importante papel de intervenção, porque «é altura de muitos autarcas darem lugar aos novos».

Manuel Moreira anunciou ainda uma série de iniciativas partidárias de apoio aos autarcas. O lançamento de uma revista de informação autárquica e de um livro que englobe toda a legislação referente a esta matéria, são algumas destas medidas. Por outro lado, o PSD irá proceder à criação de um serviço nacional de autarquias que incluirá a formação de gabinetes de apoio ao poder local em todos os distritos



e concelhos.

Seria esta, a última intervenção neste encontro de formação de autarcas que acabaria com as felicitações de Carlos Coelho à

CPD/JSD/Porto por esta iniciativa. Realçando o facto de ter sido esta CPD a primeira a promover um encontro desta natureza, a nível nacional, Carlos Coe-

lho lembraria ainda que «o que estará em jogo nas próximas eleições autárquicas será, acima de tudo, uma renovação do próprio poder local».

CONVOCATÓRIAS

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais, convoco reunião do Conselho Distrital de Setúbal para o dia 17 de Abril de 1988 pelas 14,30 horas, na sede da JSD/SETÚBAL (R. Rodrigues Freitas, 23, 7.º Esq. Setúbal), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Alterações do regulamento interno distrital
- 2 — Informações
- 3 — Eleição de dois delegados ao congresso do PSD
- 4 — Eleição do coordenador do «Juventude Livre»
- 5 — Gabinete de estudos distrital
- 6 — Análise da situação política

O Presidente da Mesa do C.D.
Simão Cortiço

SECÇÃO A

Ao abrigo do artigo 25 número 1 dos Estatutos Nacionais da JSD, vem a comissão política da JSD secção A, convocar o plenário de militantes para o próximo dia 13 de Abril de 1988 nas nossas instalações, sitas na Rua República da Bolívia 53 1.º Dt.º, e com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Eleição dos conselheiros distritais.

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os militantes da Secção do Seixal da JSD, para um Plenário a reunir no dia 15 de Abril de 1988, pelas 20,30 h, na sede do PSD/JSD — Correr d'Água — com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Relatório de Actividades e Contas.
- 3 — Eleições
- 3.1 — Eleição de 9 Delegados ao Conselho Distrital/JSD
- 3.2 — Eleição da Mesa do Plenário
- 3.3 — Eleição da CPS/JSD

Pela Mesa do Plenário
O Presidente
António Duro

NOTA: 1 — Todas as Listas candidatas devem obedecer aos requisitos Estatutários bem como ao Regulamento Distrital da JSD/Setúbal.
2 — As Listas candidatas ao ponto 3.1, devem ser constituídas por 9 efectivos e 6 suplentes.
3 — As Listas candidatas ao ponto 3.3, devem ser constituídas por 1 Presidente, 1 Secretário Geral e Vogais no máximo de 7.
4 — Todas as Listas candidatas devem ser subscritas por um número mínimo de 15 militantes.
5 — Todas as Listas candidatas devem ser entregues até às 22 horas do dia 8 (oito) de Abril de 1988.
6 — Só poderão votar, os militantes com as quotas em dia (JAN. FEV. MAR. de 88).

LISBOA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e do regulamento da C. E. S. D. L., venho por este meio convocar o plenário de CESDL para reunir no dia 7 de Abril pelas 16 horas na sede Distrital com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise do trabalho do ano transacto
- 2 — Eleição da CESDL e do GAESDL
- 3 — Eleição dos Conselheiros Distritais da CESDL.

Pela CESDL
José Eduardo Martins

NOTA: As listas candidatas terão de ser entregues na sede distrital com 48 horas de antecedência.

SECÇÃO H

Convocam-se os militantes da secção H da JSD, para uma assembleia de secção, a realizar dia 7 de Abril às 21 horas na sede das Olaias com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Eleição dos órgãos da secção: Mesa da Assembleia, Comissão Política de secção e Conselheiros Distritais.

Pela CPS
Rui Marques

LEIRIA

Devido à vinda a Leiria do Prof. Cavaco Silva no dia 5 de Março de 1988, o Plenário de Secção de Leiria marcado para essa data, foi adiado para o dia 9 de Abril de 1988 pelas 18 horas na sede Distrital do P. S. D., em Leiria, sita na Av. José Jardim, 32 com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Orçamento Municipal para 1988 (Dr. Domingues Carvalho)
- 3 — Plano director Municipal (Eng. Dário)
- 4 — Política Municipal de Juventude (Rui Resende).

Pela Comissão Política de Secção
Carlos Alexandre Pinto

BRAGA

Ao abrigo das disposições estatutárias aplicáveis, convoco o Plenário de Secção de Braga da JSD para reunir no próximo dia 9 de Abril, pelas 15,30 horas, na sede sita ao Largo Sehora-à-Branca n.º 116, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Análise da situação política.

A Comissão Política de Secção
Luís Filipe Moreira de Lima

LISBOA — NESD's

Escola Secundária Machado de Castro

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise do M.A. na Escola.
- 2 — Eleição da Direcção do NESD e dos delegados à CESDL.

Escola Secundária D. João de Castro

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise do M.A. na Escola.
- 2 — Eleição da Direcção do NESD e dos delegados à CESDL.

Escola Secundária Ferreira Borges

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise do M.A. na Escola.
- 2 — Eleição da Direcção do NESD e dos delegados à CESDL.

Escola Secundária Gil Vicente

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise do M.A. na Escola.
- 2 — Eleição da Direcção do NESD e dos delegados à CESDL.

Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise do M.A. na Escola.
- 2 — Eleição da Direcção do NESD e dos delegados à CESDL.

Escola Secundária Ferreira Dias

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise do M.A. na Escola.
- 2 — Eleição da Direcção do NESD e dos delegados à CESDL.

Escola Secundária Ramada

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise do M.A. na Escola.
- 2 — Eleição da Direcção do NESD e dos delegados à CESDL.

Escola Secundária Rio de Mouro

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise do M.A. na Escola.
- 2 — Eleição da Direcção do NESD e dos delegados à CESDL.

Escola Secundária Afonso Domingues

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise do M.A. na Escola.
- 2 — Eleição da Direcção do NESD e dos delegados à CESDL.

Escola Secundária António Arroio

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise do M.A. na Escola.
- 2 — Eleição da Direcção do NESD e dos delegados à CESDL.

Escola Secundária Cidade Universitária

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise do M.A. na Escola.
- 2 — Eleição da Direcção do NESD e dos delegados à CESDL.

Escola Secundária Externato Acrópole

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise do M.A. na Escola.
- 2 — Eleição da Direcção do NESD e dos delegados à CESDL.

Colégio Valssassina

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise do M.A. na Escola.
- 2 — Eleição da Direcção do NESD e dos delegados à CESDL.

Colégio Académico

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise do M.A. na Escola.
- 2 — Eleição da Direcção do NESD e dos delegados à CESDL.

E.P.P.A.

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise do M.A. na Escola.
- 2 — Eleição da Direcção do NESD e dos delegados à CESDL.

Obs: Os plenários terão lugar nas respectivas Escolas no dia 4 de Abril, pelas 16 horas.

Pela CESDL
José Eduardo Martins

destaque

II CONSELHO CONCELHIO DA JSD DE V. N. GAIA EM VILAR DE ANDORINHO

• *Presença do Ministro da Juventude*
— *Eng. Couto dos Santos* — *animou debate*

«Em Vila Nova de Gaia a JSD é encarada como a verdadeira organização política de juventude, tal e qual deve ser interpretada». Foi com estas palavras que Cancela Moura, Presidente da Comissão Política de Secção de Vila Nova de Gaia, iniciou o II Conselho Concelhio da JSD, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho, e que reuniu cerca de meia centena de dirigentes e autarcas daquela organização. Ao finalizar a intervenção de abertura, Cancela Moura realçou, de modo determinado, «a vertente cultural e formativa da JSD» como fundamental para o seu «posicionamento e modo de estar na política», forma única para «a credibilidade que a JSD tem vindo a demonstrar na sua acção».

Como primeiro ponto da ordem de trabalhos esteve em discussão a análise das actividades e as perspectivas de trabalho da Organização no futuro próximo. Desde logo se deu especial ênfase à preparação das próximas eleições au-

tárquicas e à acção a desenvolver no Movimento Associativo, no concelho.

Em relação às Autárquicas de 1989, foi defendida a ideia de a JSD reforçar a sua posição no Poder Local e criar condições que permitam uma preparação específica de eventuais candidatos. Para além desta prioridade, a CPS/JSD apresentou as linhas orientadoras da sua acção no Movimento Associativo de Vila Nova de Gaia, onde a JSD obteve importantes vitórias. Assim, para melhor intervir na realidade escolar do concelho, irão realizar-se eleições para os diversos núcleos de estudantes sociais democratas e preparar reuniões de formação para este sector.

Apoio ao Governo e fortes críticas à oposição

Outras das grandes conclusões deste Conselho foi a de «louvar as reformas estruturais que o actual Governo tem vindo a implementar», expressando-se «o apoio inequívoco e a total solidariedade ao Presidente do Partido e Primeiro-Ministro para a continuidade da sua acção».

Também foram, neste sentido, tecidas várias críticas ao modo de estar da oposição, que no entender da JSD «mais não visa que obstruir a actividade governativa». No entanto, foi ainda formulado o

apelo aos partidos democráticos «no sentido de encontrarem uma plataforma consensual que leve a uma concreta revisão constitucional». Por último referiu-se, de modo especial, o Ministério da Juventude, felicitando-o pela «visão coerente e coordenada que possui sobre a problemática juvenil».

«PSD — Um partido para a década de 90»

Este era o tema que correspondia ao segundo ponto da ordem de trabalhos. Os oradores neste debate foram José Manuel Meireles, Presidente da Comissão Política Distrital da JSD do Porto, e Manuela Aguiar, Vice-Presidente da Assembleia da República.

Para José Manuel Meireles nos anos 90 «será aquilo que for o Governo e a situação política dessa altura». Os problemas nacionais já não serão «problemas de infra-estruturas». Na opinião do jovem dirigente social democrata «o grande desafio que cabe ao PSD é o do desenvolvimento e que nasceu com o 19 de Julho». Por outro lado, ainda segundo José Manuel Meireles «está em jogo a capacidade dos dirigentes do PSD em preparar as novas gerações para defrontar os desafios dos anos 90».

Por seu turno, apoiando a explanação de José Manuel Meireles, Manuela Aguiar afirmou que «a reforma do sistema educativo é uma das condições essenciais e poderá contribuir para uma mudança de mentalidades», referiu a Vice-Presidente da Assembleia da República. Mas para que o PSD possa acompanhar a permanente evolução da sociedade portuguesa «será necessário repensar a social democracia, de modo a que esta esteja adaptada às realidades nacionais», salientou.

Política de juventude em foco

Cerca das 21.30 horas iniciou-se a sessão de encerramento, que contaria com a presença do Ministro da Juventude, Eng.º Couto dos Santos. Este seria, sem dúvida, o momento alto deste segundo Conselho Concelhio da JSD de Vila Nova de Gaia, onde os presentes se puderam inteirar, em pormenor, da actual política de juventude em Portugal.

Melhor ensino, mais emprego, mais autonomia, melhores condições de acesso à habitação e melhor aproveitamento dos tempos livres, foram os principais aspectos focados por Couto dos Santos.

Como prioridade para a melhoria do ensino foi mencionado o programa de combate ao insucesso escolar. Efectivamente, este programa,

que conta com a colaboração do Ministério da Educação, envolverá cerca de 63 000 crianças e 7500 monitores, abrangendo várias escolas de Norte a Sul do País. A legalização das Associações de Estudantes do Ensino Secundário seria tema obrigatório, dada a presença de uma das mais importantes Associações do Concelho: a da Escola Secundária Almeida Garrett. Esta matéria suscitou um debate alargado, onde o Ministro da Juventude pôde desfazer algumas dúvidas que neste momento se levantam acerca da legalização e referiu que até à data ainda nenhuma Associação de Estudantes do Secundário tinha adquirido esse estatuto.

Como era esperado, as oportunidades de emprego foi outro dos temas abordados. A continuação e o reforço dos programas OTL e OTJ, e ainda, as acções de formação profissional com o apoio do Fundo Social Europeu e os incentivos à criação de empregos para os jovens, foram consideradas pedras basais da política de emprego. Por fim foram referidos outros aspectos da problemática juvenil, como o apoio ao jovem empresário, os clubes de cultura juvenil e a redução do serviço militar obrigatório, onde o Eng.º Couto dos Santos pôde reforçar o posicionamento vanguardista do XI Governo Constitucional na tentativa de colocar nas mãos dos próprios jovens a resolução dos seus problemas.

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS SECÇÃO J

Realizaram-se, em 88-03-19, eleições para a Comissão Política da Secção J da JSD e para os Delegados ao Conselho Distrital, tendo sido eleitos:

PARA A COMISSÃO POLÍTICA DA SECÇÃO

Presidente — Armando Henrique Pimentel; Vice-presidente — Pedro Nobre da Costa; Secretária — Ana Araújo Brandão; Vogais — Fernanda Maria Gonçalves, Paulo, Alexandre Silva, José Araújo Brandão, Jorge Trancoso e Pedro Manuel Sousa Vaz Carvalho.

PARA DELEGADOS AO CONSELHO DISTRITAL

Efectivos:

- 1 — Pedro Nobre Costa
- 2 — Ana Araújo Brandão
- 3 — Fernanda Maria Gonçalves
- 4 — Pedro Manuel S. V. Carvalho

Suplentes:

- 1 — Paulo Alexandre Silva
- 2 — José Araújo Brandão
- 3 — Jorge Trancoso

CONCLUSÕES

— Louvar as reformas estruturais que o actual Governo tem vindo a implementar, como sinal do real progresso político, social, cultural e económico do nosso país.

— Considerar que as críticas da oposição, relativamente às medidas governamentais, mais não são que tentativas injustas de obstruir a sua eficácia e pretendem negar o poder dialogante do Governo face a matérias tão delicadas, como o é a Lei laboral.

— Congratular-se com a forma ímpar e exemplar que tem assistido à integração de Portugal na CEE, como nos referenciam os excepcionais resultados da Cimeira de Bruxelas.

— Exigir, apelando ao futuro que a JSD quer ajudar a construir, que as forças políticas da área democrática encontrem uma plataforma consensual para uma concreta Revisão da Constituição, lei fundamental da sociedade portuguesa.

— Participar activamente na campanha de informação sobre o Pacote Laboral que o PSD vai levar a cabo no âmbito nacional.

— Manifestar o seu desagrado pelas atitudes irreflectidas de alguns responsáveis da oposição, que ultimamente têm assumido a agitação social como seu mecanismo preferido, transformando o justo direito à greve em objectivos político-partidários.

— Felicitar o Ministério da Juventude pela visão coerente e coordenada que possui sobre a problemática juvenil, facto que

privilegia um futuro moderno, assistindo-lhe o pressuposto de a juventude ser a base impulsionadora do desenvolvimento.

— Expressar o nosso mais inequívoco apoio e solidariedade ao Presidente do Partido e Primeiro-Ministro para dar continuidade aos grandes empreendimentos que possibilitem atingir os objectivos a que o Governo se propôs e que são ponto de referência para a maioria dos portugueses.

— Congratular-se pela eleição do companheiro Jaime Lopes para a presidência do Conselho Distrital da JSD do Porto.

— Efectivar eleições para os diversos Núcleos de Estudantes Sociais Democratas na tentativa de melhor conhecer as realidades de cada uma das escolas existentes e intervir de um modo mais eficiente em futuras acções a desenvolver no Movimento Associativo.

— Dirigir uma mensagem no próximo dia 24 de Março — Dia do Estudante — a todos os estudantes das Escolas Secundárias do Concelho, no sentido de expressar a sua solidariedade com os jovens que hoje, paulatinamente, vão ajudando a construir o seu próprio futuro.

— Encetar esforços no sentido de criar condições para uma formação específica da JSD na área do Poder Local, reforçando deste modo a posição da nossa organização e participação dos jovens na vida autárquica.

A CPS/JSD de Vila Nova de Gaia

**Lê
e divulga**

**JOVEM
reformista**

Proposto por Comissário Europeu

Portugal vai beneficiar de duplicação dos fundos comunitários

PORTUGAL vai ser considerado uma região em atraso estrutural, cujo desenvolvimento deverá beneficiar de uma duplicação dos fundos estruturais da CEE até 1992, propõe a Comissão Europeia em documento apresentado na semana passada pelo comissário europeu Grigoris Varfis.

De acordo com o projecto de regulamento-quadro dos fundos estruturais, Portugal, Grécia e Irlanda são considerados, na totalidade dos seus territórios como elegíveis para o objectivo de promover o desenvolvimento e ajustamento estrutural das regiões em atraso.

Outros países da Europa dos Doze — tal como a República Federal da Alemanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo e Dinamarca — não têm quaisquer regiões indicadas para se enquadrarem naquele objectivo.

Por outro lado, relativamente a Espanha, são consideradas como tendo um atraso estrutural as regiões da Andaluzia, Astúrias, Castela-León, Castela-la-Mancha, Ceuta e Melilla, Comunidade Valenciana, Extremadura, Galiza, Canárias e Murça.

Foram também consideradas as regiões da Córsega e os departamentos ultramarinos franceses (relativamente à

França), as regiões de Abruzzi, Basilicata, Calábria, Campania, Molise, Puglia, Sardenha e Sicília (na Itália), e a Irlanda do Norte, no Reino Unido.

As regiões que designámos e que a Comissão Europeia considera atrasadas estruturalmente, têm um PIB (Produto Interno Bruto) inferior a 75 por cento da média comunitária (tomando como base os dados relativos aos três últimos anos).

De acordo com Grigoris Varfis, o FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) poderá consagrar às regiões apontadas cerca de 80 por cento da totalidade dos créditos de que dispõe.

A Comunidade Europeia poderá participar nos projectos com uma taxa que pode ser de 75 por cento ou mais, relativamente aos seus custos globais. Por outro lado e em regra geral, a CEE custeará pelo menos 50 por cento das despesas públicas para as medidas aplicadas nas regiões.

Recorde-se que, já na primeira dos chefes de Estado e de Governo dos «Doze», ocorrida em Bruxelas a 11 e 12 de Fevereiro último, foi decidido que as verbas para o conjunto dos fundos estruturais deveriam duplicar entre 1987 e 1993.

Em 1987, Portugal recebeu

Fluxos financeiros entre Portugal e a CEE (*)
(Milhares de contos)

	1986	1987
	Efectivo	Efectivo
Transferências para Portugal		
FEOGA - Garantia	4 691	23 565
FEOGA - Orientação	-	4 964
Fundo Regional (FEDER)	27 126	32 755
Fundo Social	15 499	28 431
Outras acções	-	249
Soma	47 316	89 964
Reembolsos s/ cobranças	849	1 359
Restituições s/ contr. financeira	23 954	21 739
Compensação financeira	45	-
Soma	24 848	23 098
Total das entradas (A)	72 164	113 062
Recursos próprios comunitários		
Direitos aduaneiros	7 466	15 234
Direitos niveladores	2 847	6 724
Quotizações s/açúcar e isoglucose	-	37
Contribuição financeira	30 832	34 002
Outros recursos	-	10
Total das saídas (B)	41 145	56 007
SALDO GLOBAL [(A) - (B)]	+31 019	+57 055

(*) Operações em que interveio a Direcção-Geral do Tesouro

89,9 milhões de contos dos fundos estruturais (32,7 milhões do FEDER, 28 milhões do Fundo Social Europeu 23,5 milhões do FEOGA-Garantia e 4,3 milhões de contos do FEOGA-Orientação — Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola).

Além destas receitas transferidas para Portugal através dos fundos estruturais, Portugal recebeu ainda como reembolsos e restituições cerca de 23 milhões de contos. Por outro lado, o nosso País contribui para os recursos próprios comunitários com cerca de 56 milhões de contos. O saldo global dos fluxos financeiros entre Portugal e a CEE foi, portanto, em 1987, de aproximadamente 57 milhões de contos favoráveis ao nosso País. (Ver quadro).

Entretanto, de acordo com fontes diplomáticas portuguesas em Bruxelas, as previsões para este ano, para as transferências relativas aos fundos estruturais, são de 45 milhões de contos do FEDER, 36 milhões do Fundo Social Europeu e 17 milhões do FEOGA — Orientação. O elevado aumento para as verbas do FEOGA é justificado pelo início de execução do PEDAP (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa).

Cadilhe divulgou etapas da primeira privatização

O ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, anunciou que o processo de privatização da primeira empresa pública demorará sete ou oito meses depois de publicada a lei na folha oficial.

Falando na abertura da Conferência Internacional sobre Privatização, que decorreu no início do último fim de semana num hotel da capital, o titular da pasta das Finanças

revelou as várias etapas da passagem da primeira empresa pública a sociedade anónima de economia mista.

Essas etapas são as seguintes: no primeiro mês após a publicação do diploma, será nomeada uma comissão que acompanhará o processo e o Conselho de Ministros decidirá qual a empresa a privatizar; no segundo mês, será pu-

blicado o decreto respectivo e aberto um concurso de pré-qualificação de entidades avaliadoras; no terceiro ou no quarto mês, serão contratadas empresas para auditoria e avaliação; no quarto mês, a comissão apresentará ao Governo a proposta de venda e o respectivo preço a ser aprovado em Conselho de Ministros; no quinto, sexto ou sétimo mês, proceder-se-á à alie-

nação da sociedade e no sexto ou sétimo mês, será elaborado um relatório final sobre o processo e proceder-se-á à afectação.

Na ocasião, Miguel Cadilhe salientou que as receitas provenientes da alienação serão canalizadas para o reequilíbrio das contas de outras empresas públicas e para a amortização da dívida externa portuguesa.

Ministério investe 240 milhões em Habitação

O Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações prevê investir cerca de 410 milhões de contos em cada um dos próximos quatro anos nos sectores de que é responsável.

Deste modo, durante a vigência da legislatura do XI Governo, a equipa de Oliveira Martins prevê investir 90 milhões de contos por ano em Obras Públicas, 240 milhões em Habitação (dos quais 20 por cento se destinam à habitação social), 70 milhões na aquisição de material eléctrico e electrónico e 10 milhões em investimento na indústria metalomecânica.

Os montantes agora referidos e que suportam a actividade do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações durante o corrente ano, deverão manter-se ou aumentar nos próximos anos, segundo defende o ministro do sector.

Rendimentos até 410 contos isentos de Imposto Profissional

As novas taxas do imposto profissional, que foram publicadas no «Diário da República» no passado dia 23, estabelecem como limite de isenção o rendimento até 410 mil escudos anuais.

De acordo com a nova tabela que vem alterar a anterior, passam a estar isentos do imposto profissional os trabalhadores cujo vencimento bruto mensal se situe abaixo de 29 285 escudos.

Segundo o Ministério das Finanças, as alterações ao código do imposto profissional visam «não agravar a carga tributária dos rendimentos do trabalho».

Relativamente aos profissio-

nais por conta própria, procedeu-se à revisão dos encargos inerentes ao exercício das respectivas actividades por forma a determinar com rigor os respectivos rendimentos tributáveis.

Assim, foi eliminada a tabela das reduções mínimas anexadas ao código, pelo que só poderão ser consideradas para efeitos de apuramento de matéria colectável as despesas comprovadas documental-

mente. Além disso, permite-se a consideração com encargos a deduzir ao rendimento ilíquido declarado de importâncias correspondentes a reinte-

grações das instalações e do seu equipamento, determina-

das de acordo com a regulamentação aplicável à contribuição industrial. Por outro lado, mantem-se a tabela das deduções fixas anexa ao código, embora deduzida, para cobrir apenas as despesas de representação profissional do contribuinte e as relativas às suas deslocações ao área do concelho.

Com as novas taxas do imposto profissional, que apresentamos no quadro junto, procede-se ainda a ajustamentos pontuais decorrentes da nova forma de determinar as verbas destinadas a reintegrações das instalações e do seu equipamento.

Novas taxas de Imposto Profissional

Rendimentos colectáveis anuais	Percentagens
Até 410 mil escudos	Isento
Até 530	2
Até 590	4
Até 765	6
Até 1030	8
Até 1270	10
Até 1540	12
Até 1800	14
Até 2045	16
Até 2310	19
Superior a 2310	20

Trabalho, Segurança e Formação

Governo responde com actuação efectiva aos problemas concretos dos Portugueses

Uma política de conciliação entre progresso económico e justiça social impulsiona a efectiva criação de condições para o exercício da igualdade de oportunidades.

O ministro do Emprego e Segurança Social disse ainda, em resposta à interpelação do PS sobre a matéria, que a filosofia de actuação do Governo na resolução dos problemas concretos que afligem os portugueses compreende também uma política que no plano social permita um nível adequado de protecção mas que contenha fortes incentivos para o trabalho e que tenha um custo burocrático moderado e mais uma política de que beneficiem os mais desprotegidos através de acções concretas, em vez do excesso de verbalismo e de retórica tão do gosto do Partido Socialista.

Silva Peneda agradeceu ao PS a oportunidade de, mais uma vez, demonstrar como o Governo, no seguimento do Programa aprovado na Assembleia da República, se tem pautado por critérios e por medidas de acção orientadas para a efectiva melhoria da vida dos cidadãos portugueses.

Assim, disse, na importante área de protecção dos cidadãos a política de Segurança Social que o Governo tem imprimido, está inserida numa política concertada de rendimentos e de emprego, ajustada à situação económica do País e alicerçada no equilíbrio entre os recursos financeiros disponíveis e os objectivos de redistribuição social e de cobertura prioritária das pessoas mais desprotegidas.

A actuação desenvolvida no sector da segurança social, disse Silva Peneda, tem sido norteada por objectivos essenciais, dos quais se destacam:

- * Melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos Portugueses.

- * Promoção da Justiça Social ajudando os mais desprotegidos, criando condições para uma efectiva igualdade de oportunidades e defendendo os titulares de rendimentos fixos das injustiças provocadas pela inflação.

- * Dinamização da execução de uma política global de protecção à família, à infância e juventude, idosos e deficientes.

- * Fortalecimento da sociedade civil, favorecendo o desenvolvimento de movimentos de solidariedade e estimulando o direito à iniciativa dos cidadãos.

Sem preocupações de exaustão, enunciam-se, em seguida, algumas medidas concretas tomadas pelo Governo relativamente àqueles objectivos.

Prosseguiu a política de melhoria real das pensões, abonos e subsídios, sobretudo os que se destinam prioritariamente às pessoas mais desprotegidas.

As pensões tiveram um aumento médio em Dezembro de 1987, de 12% por cento, e a pensão mínima de 13% por

cento, o que corresponde a uma expectativa de acréscimo real de 6%. Esta actualização, no cumprimento do objectivo de manter sem excepções o princípio da anualidade da revisão dos benefícios sociais, implica um esforço financeiro adicional de 34 milhões de contos.

As prestações familiares e os subsídios complementares retiveram, já na vigência deste Governo, um aumento anualizado de 13% por cento, o que também se traduziu por um acréscimo montante de encargos e por uma melhoria efectiva do poder de compra daquelas prestações.

Tudo isto foi possível fazer sem aumentar as contribuições para a segurança social (que, aliás, foram diminuídas em 1% no anterior Governo), mas através de uma maior produtividade financeira do sistema e do início da recuperação no que concerne às dívidas à Segurança Social.

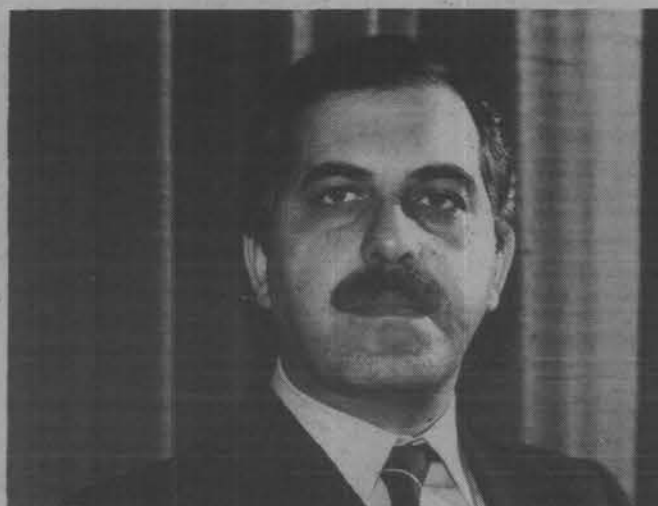
Silva Peneda explicou seguidamente o sistema de regularização de pagamento das contribuições das entidades patronais à Segurança Social que o Governo acaba de pôr em prática, porque, disse, o Governo tem a consciência de que o social não pode ser desinserido da economia, constituindo esta verdadeira matéria-prima daquele e por isso, tem procurado como verdadeiro imperativo moral garantir, dentro daqueles limites, um rendimento social de compensação no cumprimento do papel que à Segurança Social cabe.

Por outro lado acrescentou Silva Peneda, em coerência com o objectivo de reforço do papel da sociedade civil, tem-se vindo a dar a prioridade ao apoio financeiro e técnico às iniciativas particulares de solidariedade social.

Tem-se procurado combater equilibradamente o objectivo da cobertura prioritária de regiões com escassos equipamentos sociais com o da correcção de assimetrias relativas acumuladas ao longo do tempo.

Tem-se, assim, prosseguido uma política de respeito e valorização do voluntariado, favorecendo-se as situações criativas e desburocratizadas de protecção colectiva de iniciativa particular.

Depois de referir as melhorias introduzidas na protecção contra a doença e a reformulação da atribuição de subsídios de maternidade, paternidade e adopção bem como os aumentos das prestações sociais concedidas aos deficientes, Silva Peneda sublinhou quer a redução dos gastos operativos e administrativos do sistema da Segurança Social tem sido uma preocupação constante do Ministério do Emprego e da Segurança Social, de modo a aumentar a produtividade das instituições.



SILVA PENEDA — Edificar uma nova política de formação profissional

No orçamento para 1988, as despesas de administração situam-se 4,7% do total das despesas correntes, o que representa um melhoria substancial em relação a anos anteriores, e traduz uma eficiente gestão e utilização de recursos medida por padrões europeus.

É assim, preocupação do Ministério, gastar cada vez menos dinheiro na Administração do sistema para que mais dinheiro possa ser canalizado para o pagamento de benefícios sociais.

Só com uma actividade económica dinâmica e confiante se geram investimentos que não de viabilizar os empregos de amanhã.

O ministro do Emprego e Segurança Social passando à área do trabalho, recordou ao partido independente que foram os dois últimos Governos do PSD que combateram com sucesso as situações de salários em atraso (uma redução de 70 por cento dos casos), aumentaram claramente os salários reais, reduziram consi-

deravelmente a taxa de desemprego.

A seguir, Silva Peneda apontou como principais vectores de actuação da política específica de emprego, os seguintes:

Incentivação do desenvolvimento do emprego, através do fomento de condições que possibilitem a criação de novas unidades produtivas, especialmente no âmbito de operações integradas de desenvolvimento regional;

Apoio aos grupos especialmente atingidos pela crise económica passada, nomeadamente os jovens, os desempregados de longa duração e os deficientes, tendo em vista facilitar a sua entrada ou reingresso no mercado de trabalho;

Participação nos processos de reestruturação e reconversão sectorial e no apoio a sectores em crise, de forma a minorar as consequências negativas sobre os trabalhadores, procurando integrar esses processos em programas de desenvolvimento regional e local. A título de exemplo, citam-se os casos da assinatura do acordo CECA, para a indústria siderúrgica, a reestruturação da indústria de lanifícios e a viabilização de empresas como os Fornos Eléctricos.

Tudo isto se fez, concluiu Silva Peneda, com a consciência de que só uma actividade

económica, a funcionar com dinamismo e confiança se geram os investimentos que hão-de viabilizar os empregos de amanhã. Por isso, não temos uma visão administrativa de criar ou sustentar postos de trabalho por Decreto-Lei, mas pela criação de condições de impulso da economia nacional.

Bastante significativas são, por outro lado, as medidas já tomadas e em vias de ser tomadas, relativas à protecção em caso de desemprego e à criação de incentivos à contratação de jovens, desempregados de longa duração e deficientes.

Entre essas medidas o diploma que altera o regime de subsídio de desemprego no sentido de os aproximar dos padrões europeus; como o alargamento das condições de atribuição desse subsídio; incentivos à contratação de desempregados há mais de doze meses.

A Formação Profissional deve suportar efectivas capacidades geradoras de emprego

A propósito dos problemas dos contratos a prazo e da formação profissional, o ministro Silva Peneda disse que no primeiro caso o Governo, através da alteração da legislação laboral irá criar condições para a sua desincentivação, onerando ao mesmo tempo o recurso a esta via precária de contratação e estabelecer medidas de combate à precariedade de emprego.

No âmbito da política de formação profissional disse ter sido preocupação do Governo aperfeiçoar, cada vez mais, as condições de acesso das entidades formadoras aos fundos públicos e comunitários afectos a esta área.

Neste sentido encontra-se já elaborado, tendo acabado de ser entregue no Conselho Permanente de Concertação So-

cial, um projecto de regulamentação e uma matriz de orientação que, beneficiando da experiência dos últimos dois anos, define as principais prioridades a satisfazer, desde a natureza dos agentes formadores, às profissões, aos níveis de formação, aos sectores de actividade a privilegiar, às exigências pedagógicas, processuais, financeiras e fiscais das acções de formação a empreender.

É a tradução da política de formação profissional para 1989.

Encontra-se também já elaborado um projecto de diploma que visa redefinir por forma transparente todos os requisitos indispensáveis para a celebração dos contratos de formação, estabelecendo com clareza todos os direitos e deveres das entidades formadoras e dos formandos, bem como do papel dos Centros de Emprego na conjugação entre a oferta e procura de acções de formação.

Tem-se, assim, vindo a edificar uma renovada política de formação profissional.

Uma formação profissional que não se limite a transformar numa mera subsistência assistencial aos jovens, distorcendo a sua própria razão de ser.

Mas, antes, uma formação profissional que suporte efectivas capacidades geradoras de emprego, isto é, que não se esgote na simples aquisição de conhecimentos técnicos, mas que prepare efectivamente os jovens para a adaptação a postos de trabalho profissionalmente específicos.

Uma formação profissional que, por um lado, privilegie o sistema de formação em alternância, isto é, a aprendizagem, como o elo mais forte que se quer ver desenvolvido entre a escola e a empresa, e por outro lado, beneficiando do aumento da componente profissionalizante do ensino formal, assuma um carácter mais selectivo e ajustável às constantes mutações tecnológicas que vão operando a grande velocidade.



PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Povo livre
ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Rua de Buenos Aires, 39 - 1296 LISBOA Telef. 602140

BOLETIM DE ASSINATURA

NOME: _____

MORADA: _____

COD. POSTAL: _____

LOCALIDADE: _____

ASSINATURA: NOVA ☐

RENOVAÇÃO ☐

SEMESTRAL ☐

ANUAL ☐

Junto envio cheque nº _____

Segue vale de correio nº _____

Junto numerário no valor de _____

(Assinatura)

Política de Habitação

Facilitar a compra de casa própria é um dos objectivos prioritários do Governo

Acelerar a construção, facilitar a compra de casa própria, desenvolver a cooperação entre as administrações central e local e relançar o arrendamento são metas da política habitacional.

SÃO aqueles quatro objectivos prioritários que enformam, como afirmou o ministro Oliveira Martins, a política que o Governo está a desenvolver num esforço continuado para resolver o problema da habitação no nosso País. Oliveira Martins, falando no Parlamento quando da interpelação do PS, disse que no primeiro caso trata-se de conseguir que o País disponha, no mais curto período possível, de 600 000 novos fogos, com vista a suprimir deficiências habitacionais irreparáveis e, por isso mesmo, de particular acuidade; no segundo, favorecer estratos sociais de rendimentos médios; no terceiro para promover a construção de habitação social, realojar famílias de débeis recursos vivendo em condições muito precárias e recuperar prédios degradados aonde é possível e conveniente continuar a oferecer fogos para arrendamento.

Afirmando que aqueles quatro objectivos não esgotam as metas que uma política de habitação deve prosseguir mas que nos tempos que correm são os que o Governo considerou como as metas prioritárias, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, passou a descrever o que tem sido feito e o que se está a fazer com o objectivo de alcançar tais metas.

A construção habitacional, avaliada em número de fogos concluídos, foi de 119 175 fogos no triénio 1980-1982 e de 108 385 no triénio de 1983-1985.

Assim, continuou Oliveira Martins, quando precisávamos de acelerar a disponibilidade de habitação condigna, antes do X Governo tomar posse, a construção habitacional havia diminuído em cerca de 10% (comparando os referidos triénios).

Através de incentivos específicos, como as isenções de sisa para habitação até 10 000 contos, de novas formas de mobilização de poupanças (como são os fundos imobiliários e as contas poupança-habitação) do aumento generalizado do poder de compra da população, da moderação do crescimento dos custos da construção, das prioridades de crédito fixadas e de algumas outras medidas, o número de fogos em construção deverá ter subido sensivelmente em 1987 após a inversão de tendência operada em 1986.

Não temos ainda dados seguros, pois as estatísticas da Habitação e Construção elaboradas pelo INE só estão disponíveis com atrasos consideráveis.

Mas há alguns indicadores como o consumo do cimento (+ 3% em 1986 e + 8% em 1987) do aço (+ 16% em 1986 e + 40% em 1987) e do vidro (+ 2,7% em 1986 e + 4% em 1987) que nos induzem a pensar ter crescido sensivelmente o número de fogos em construção nos anos de 1986 e 1987.

O crédito para construção aumentou de 84% entre 1987 e 1985. E este é outro indicador da tendência que não engana.

O número de fogos concluídos em 1986 foi cerca de 7% superior ao de 1985, de acordo com as últimas estatísticas do INE, o que confirma a inversão da tendência do anterior triénio.

Podemos também comparar o número de licenças concedidas para novas construções destinadas à habitação. No Continente, se em 1986 relativamente a 1985 o seu acréscimo foi muito pequeno (+ 1%) em 1987 relativamente a 1986 apresentava já no terceiro trimestre, um acréscimo de 8,5%.



OLIVEIRA MARTINS — Não deveremos deixar de estudar todas as medidas

Mas se construir mais é um dos objectivos prioritários, apoiar quem menos ganha, para quem possa ter acesso a uma habitação condigna, também o é, disse o ministro Oliveira Martins.

O sistema de crédito à compra de habitação própria com juros bonificados, foi completamente reformulado em 1987, tendo em conta o caso especial dos jovens (a quem foram atribuídas facilidades acrescidas) e as famílias mais numerosas (a quem foi dada a possibilidade de adquirir habitações de maior número de divisões e, portanto, de maior preço, sem perderem a bonificação de juros).

Por outro lado, a baixa das taxas de juro, permitida pelos ganhos no combate à inflação, já reduziu a mais de metade o serviço da dívida por cada 1 000 contos empréstimo, tornando não só mais suaves as prestações mensais como também compatibilizando a sua progressividade com a política de rendimentos das famílias.

As reacções não se fizeram esperar, continuou o ministro. De 36 246 pedidos de crédito em 1985 passou-se para 65 900 em 1987, ou seja + 82%; de 26 650 contratos celebrados em 1985, passou-se para 58 777 em 1987 ou seja + 121%; o crédito jovem atin-

giu o número de 10 422 contratos celebrados em 1987 ou seja, uma quota de 22% do mercado.

Nunca se registaram no País valores tão elevados e significativos no âmbito de aquisição de casa própria como os verificados em 1986 e, sobretudo, em 1987.

Cerca de 100 000 famílias, nestes últimos dois anos, resolveram o seu problema de habitação por esta via ou seja, sensivelmente o mesmo número do período dos quatro anos anteriores (1982-1985).

Além de que outras 120 000 famílias, com contratos celebrados entre 1982 e 1985, viram a sua taxa de esforço (prestação mensal sobre rendimento familiar), substancialmente reduzida, relativamente aos últimos anos.

O desenvolvimento da cooperação entre a Administração Central e a Administração Local é um objectivo do maior relevo na execução da política de habitação.

Não se trata de atribuir novas competências aos Municípios sem contrapartidas financeiras. Trata-se, sim, de conjugar esforços na detecção das necessidades localmente expressas e da atribuição, pela Administração Central, de financiamentos em condições particularmente favoráveis, alguns mesmo a fundo perdido.

A promoção da habitação social nas mais diversas localidades do país e comandada dos gabinetes do Terreiro do Paço, não foi bem sucedida.

Portanto, disse Oliveira Martins, o X e XI Governos passaram a adoptar uma política de habitação social descentralizada, fruto da colaboração com os Municípios, com as Cooperativas e com as empresas privadas que se disponham a executar aquele tipo de habitações, através de contratos de desenvolvimento (CDH's).

No ano de 1987 aprovou-se a construção de 9 281 fogos de habitação social, o que representou mais do dobro dos que foram aprovados em 1985.

No que respeita ao realojamento de famílias de débeis recursos (de que o combate às «ilhas» e às «barracas» são os exemplos mais gritantes) o apoio às iniciativas municipais cresceu substancialmente em 1987.

Os contratos celebrados fazem ultrapassar o número de 13 000 fogos, a construir ao abrigo deste programa, com prazos de execução que se escalonam entre 2 e 7 anos e envolvendo recursos que já atingem 43 milhões de contos.

É uma enorme tarefa de cooperação com os Municípios, os quais são comparticipados com 50% do valor da construção. A recuperação de prédios degradados é outra das áreas aonde a cooperação do Governo com os Municípios pode ter benefícios públicos muito sensíveis.

É sabido que o congelamento durante longos anos das rendas habitacionais, levou à degradação das condições de conservação de muitos edifícios.

O fenómeno afecta sobretudo as cidades de Lisboa e do Porto.

Daí a resposta que o Governo deu ao apelo dos Municípios através do Decreto-Lei nº 4/88 de 14 de Janeiro passado, instituindo o Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA) com vista à execução das obras de conservação e beneficiação definidas no Art.º 16º da Lei nº 46/85 de 20 de Setembro (Lei das Rendas).

Têm acesso a este regime os Municípios, os senhorios e os inquilinos, podendo o Estado conceder comparticipações a fundo perdido, desde que as Câmaras façam o mesmo, embora em menor percentagem, e desde que os senhorios e as respectivas obras satisfaçam determinados requisitos.

É um regime totalmente novo que vai ser posto à prova nos próximos tempos. A partida, parece reunir condições de sucesso.

Finalmente, disse o ministro Oliveira Martins, quanto ao quarto dos grandes objectivos da política de habitação que comecei por enunciar — o relançamento do mercado de arrendamento — foi o X Governo que passou do papel à prática, a Lei das Rendas, cuja discussão se arrastou no tempo do Governo do Bloco Central.

Assim se desfez um mito que vinha de muitos decénios: o congelamento das rendas em Lisboa e no Porto (primeiro) e no restante país (depois), como necessidade imperiosa da resolução do problema da habitação em Portugal.

Reconhece-se que, apesar da pontualidade e regularidade com que o Governo vem aprovando nos termos da lei, as correcções das rendas, isso não é suficiente para que ressurja com vigor, a construção de prédios para arrendamento habitacional (excepto, já se vê, a construção de fogos de habitação social, apoiada por mecanismos financeiros completamente diferentes).

Além do mais, é de admitir que ainda se não tenha dado tempo ao tempo, pois as medidas desta natureza tem um período de maturação para dar os seus resultados.

Continuamos a observar, ainda por mais algum tempo, as reacções do mercado.

É que se, por um lado não pode modificar-se abruptamente um sistema que se consolidou ao longo de tantos anos, também, por outro, não deveremos deixar de estudar todas as medidas, socialmente aceitáveis, capazes de suscitar o investimento em fogos para arrendamento, sem o que o mercado da habitação continuará desequilibrado.

Seminário sobre a acção política na perspectiva da mulher social-democrata

O Seminário realiza-se no dia 16 de Abril, no Auditório Grão Pará, Rua Castilho, nº 50, em Lisboa, especialmente destinado a reflectir sobre o problema da intervenção da mulher, na sociedade portuguesa.

Desta série de debates esperamos tirar conclusões práticas que levem a mulher a revelar em plenitude as suas potencialidades e a sensibilizar os órgãos do poder a fim de que a sua escolha, para postos de responsabilidade e chefia, se faça atendendo à competência e não ao sexo.

Acceptam-se intervenções sobre os temas propostos e tes-

temunhos de mulheres criadoras de actividades, que nos serão enviados numa folha A4 dactilografada, até ao dia 08 de Abril, para a Sede Nacional do Partido, Rua Buenos Aires, nº 39, 1200 Lisboa.

Neste caso, ao preencher a sua ficha de inscrição assinala o tema sobre o qual quer intervir.

As inscrições para participação no Seminário deverão ser enviadas para a Comissão Organizadora — Sede Nacional do Partido — por escrito ou pelo telefone 60 21 40.

FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME: _____

MORADA: _____

HABILITAÇÕES: _____

PROFISSÃO: _____

Inscreevo-me em (*): ☐ 1º tema ☐ 2º tema ☐ 3º tema

(O nº de inscrições é limitado e têm que ser confirmadas até ao dia 8 de Abril)

(* Assinale com X o tema em que se inscreve.

Interpelação ao Governo feita pelo PS: um acto falhado

A interpelação ao Governo feita pelo PS na semana passada constituiu, como muito bem referiu o ministro para os Assuntos Parlamentares, António Capucho, **um acto falhado.**

Fernandes Marques

DEP. FERNANDES MARQUES: «Sr. deputado Ferro Rodrigues, o Partido Socialista tem sido penalizado em sucessivas eleições, porque, de facto, quando formou o Governo não cumpriu as promessas eleitorais. Mas o mais espantoso é que o Partido Socialista não cumpre as suas promessas mesmo quando está na oposição.

prazo, creio que temos de lembrar o seguinte: esta lei dos contratos a prazo, para variar, é uma lei socialista, que não foi debatida com nenhum parceiro social, tanto quanto eu sei, muito menos com os sindicatos, e também não foi debatida no Conselho de Concertação Social, até porque este Conselho ainda não existia. Não há dúvida de que esta



«Vou dizer porquê. Quando, no ano passado o sr. deputado Ferro Rodrigues era ministro do Trabalho — embora «ministro-sombra» — do Partido Socialista, durante um debate que aqui se travou, o sr. deputado na qualidade de «ministro-sombra» — era eu na altura secretário de Estado do Emprego — e na sequência de um debate também sobre a questão da revisão da legislação laboral, disse que desafiava o Governo novamente, apesar de o Governo já ter cumprido a sua promessa de trazer à Assembleia da República a proposta de revisão da legislação laboral, que nessa altura foi chumbada por esta Assembleia, e disse ainda V. Ex.^a que o Governo estivesse descansado porque, em breve, o Partido Socialista — que aliás, tinha deliberado nas Jornadas Parlamentares da Figueira da Foz, ser indispensável rever a legislação laboral portuguesa — estava a perder a paciência e que, se o Governo, não apresentasse novas propostas, o Partido Socialista iria apresentá-las. Eu interrogo-me: até hoje passou-se um ano e o Partido Socialista, mesmo na oposição, não cumpre essas promessas.

«Relativamente à questão da precaridade do emprego e dos contratos de trabalho a

Na verdade, o Partido Socialista, mais uma vez, não conseguiu colocar em causa o bem fundado da actuação do Governo na área laboral e social. Aos números e aos resultados

evidenciados pelos Ministros Silva Peneda e Oliveira Martins, nas intervenções a que abaixo se faz referência, o PS contrapôs palavras e... mais palavras.

DISCURSO DIRECTO

Transcrevemos algumas passagens das interpelações orais feitas pelos Deputados Fernandes Marques e Mendes Bota, Vice-Presidentes do Grupo Parlamentar do PSD, ao Deputado Socialista Ferro Rodrigues.

que vai em mais de 4 meses, não chegou, mas o diálogo tem limites, nomeadamente temporais. Nesta matéria, como toda a gente sabe é extremamente difícil obter um consenso absoluto, mas foi obtido um consenso.

(...) «Gostaria ainda de perguntar ao sr. deputado o seguinte: Depois deste trajecto todo de diálogo de mais de 4 meses, o sr. deputado parece que critica o facto de ter havido 3 ou 4 versões do chamado pacote laboral. Isto significa que, de facto, o diálogo deu os seus frutos, que as posições das partes se foram aproximando e o consenso possível foi obtido. O consenso que não foi possível obter foi assumido pelo Governo na sua qualidade de representante dos portugueses, de agente executivo da política que propôs aos portugueses.

«Fala ainda o sr. deputado em tectos salariais. Os Governos do Sr. Prof. Cavaco Silva, quer este, quer o anterior,

nunca impuseram qualquer tecto salarial. Mas, sr. deputado Ferro Rodrigues, se há especialistas em tectos salariais, são-nos alguns dos actuais deputados da sua bancada, a começar pelo secretário-geral do Partido Socialista.

«O sr. deputado Vítor Constâncio, que na qualidade de ministro das Finanças de um Governo Socialista, para variar, aprovou o Decreto-Lei n.º 121/78, de 2 de Junho, o qual consignava sanções tremendas para entidades patronais que furassem o chamado tecto salarial.

«Termino com outra afirmação bastante cínica do sr. deputado Ferro Rodrigues, que falou em duas requisições civis que o Governo fez este ano «para dar satisfação a necessidades das populações, sobretudo das populações mais carenciadas». O sr. deputado sabe quantas requisições civis fez o Governo socialista em 1977? Fez quatro requisições civis.»

Mendes Bota

DEP. MENDES BOTA: «Sr. deputado Ferro Rodrigues, em primeiro lugar, gostaria de render-lhe homenagem por pensar que V. Ex.^a era bem capaz de fazer melhor do que aquilo que fez quando, ao subir à tribuna, produziu o seu discurso. Isto porque, num debate desta natureza, mais a mais suscitado pelo Partido Socialista, era normal que a primeira intervenção fosse efectivamente de fundo, a intervenção de choque, ou seja, aquela que provoca mais expectativa. Diríamos que, ao ouvir o tom morno, de «água chilra», da intervenção do sr. deputado Ferro Rodrigues, o sr. deputado nem sequer soube suscitar nem concitar o entusiasmo da sua própria bancada, ou seja, o sr. deputado esteve a preencher uma parte do programa, tal como naqueles concertos onde se reserva para a segunda metade a actuação do artista principal. O sr. deputado estava, efectivamente, a preencher o programa da primeira parte. Diríamos até que, na expectativa de uma intervenção de arrasamento, o sr. deputado, efectivamente, arrasou-nos a todos, a todas as bancadas, mas de tédio.

(...) «Passando ao texto da sua intervenção, sr. deputado

Ferro Rodrigues, devo dizer que V. Ex.^a fez, efectivamente, uma denúncia da passividade do Governo, da inexistência de políticas em matéria de formação profissional, de segurança social e de habitação, mas estranhamente recusou-se a concretizar exactamente onde é que, nessas políticas o Governo falhou. Passou, digamos, a latere, nomeadamente quanto à Segurança Social, porque apenas se «agarrou» ao decreto-lei relativo à regularização das dívidas e referiu tratar-se de uma subida de escalo do «cinismo» social.

(...) «Sr. deputado Ferro Rodrigues, se mais não conseguiu vai pelo menos ficar como inventor do «cinismógrafo». Há-de explicar-nos como é que funciona esse instrumento!...

«Devo dizer que, V. Ex.^a passou ao lado de todas as políticas de Segurança Social, da actuação, da revalorização da actualização das pensões de velhice, de sobrevivência, de invalidez e da criação de serviços de emergência social nos Centros Regionais de Segurança Social, tal como está previsto que este Governo vá lançar. Não falou sobre a política de equipamento, de apoios à primeira e à segunda

infâncias, à terceira idade, aos deficientes. Passou à margem de tudo isso.

«Mas o que mais me espantou, sr. deputado, foi o seu espanto sobre o facto anormal que este Governo terá «conseguido», ou seja, a convocação

geral é um sintoma de vitalidade democrática. Há, portanto, democracia para aqueles que a convocam, para aqueles que são livres de a aderirem mas, também, para aqueles que são livres de criticarem os seus objectivos e de



de uma greve geral. Portanto, sr. deputado, devo dizer-lhe muito claramente, que pensamos que as greves gerais não são desejáveis para o País.

«Mas também não devemos dramatizar, porque vivemos efectivamente, em democracia e a convocação de uma greve

a denunciarem, como é o caso da greve geral do dia 28, que ela é uma greve política, tal como ficou claramente determinado perante a opinião pública e perante o povo português em geral.»

(Diário da AR, 25-3-88)

TABELA DE ASSINATURAS

Pagamento adiantado

CONTINENTE

6 MESES (26 números)	700\$00
12 MESES (52 números)	1250\$00
APOIO (52 números)	2000\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS

6 MESES (26 números)	800\$00
12 MESES (52 números)	1550\$00
APOIO (52 números)	2000\$00

ESTRANGEIRO

	SEMESTRAL	ANUAL
EUROPA, ANGOLA, MOÇAMBIQUE, GUINÉ, CABO VERDE, S. TOMÉ, MACAU	1400\$00	2570\$00
OUTROS PAÍSES	1900\$00	3500\$00

CONVOCATÓRIAS

Figueira da Foz

Nos termos do artigo 49º dos Estatutos do PSD, a pedido da CPC, convoca-se a Assembleia da Secção da Figueira da Foz, a reunir na nossa sede, extraordinariamente, no próximo dia 16 de Abril, entre as 15.30 e as 18.30 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição de Delegados da Secção ao XIV Congresso Nacional.

Secção H

Ao abrigo do nº 3 do artigo 65º dos estatutos do Partido convoco a assembleia da secção H da AML a reunir no dia 8 de Abril pelas 21 horas na sede da secção, Rua Manuel dos Santos, nº 21, subcave (à encosta das Olatas) com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação político-partidária;
2. Eleição dos delegados da secção ao XIV Congresso do Partido.

Secção I

Nos termos do Regulamento do XIV Congresso Nacional do PSD convoco a Assembleia de Secção «I-Baixa de Lisboa», para reunir no próximo dia 13 de Abril, às 21 horas, na sua sede, R. da Conceição, nº 113-3º Esqº, 1100-LISBOA, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição dos delegados da Secção ao próximo Congresso Nacional do PSD.

Seixal

Ao abrigo do Art. 49º dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal, para se reunir no próximo dia 8 de de Abril pelas 21 h, na Sede Concelhia, Av. do M.F.A. Lote 2 ao Correr de Água — Amora, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise da situação político-partidária.
- 2 — Eleição dos 3 Delegados ao XIV Congresso.
- 3 — Escolha dos 6 Observadores ao XIV Congresso.

Vila Nova de Gaia

Convocam-se os militantes do Partido Social-Democrata de Vila Nova de Gaia, a reunirem em sessão ordinária a realizar no dia 8 de Abril de 1988, pelas 21 h., no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Santa Marinha, sita à Rua Cândido dos Reis nº 545 — Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1º — Eleição de Delegados ao XIV Congresso.
- 2º — Análise da situação político-partidária.

Viana do Castelo

Nos termos estatutários, convocam-se todos os militantes da Secção a estarem presentes no plenário a realizar no dia 8 de Abril, pelas 21 h na sede do partido — Rua Martim Velho, 34 em Viana do Castelo, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Discussão e aprovação das Contas relativas ao ano de 1987.
- 2 — Eleição dos delegados ao XIV Congresso do Partido.
- 3 — Análise da situação política.

**MILITANTE E SECÇÃO
COLABORA
NO POVO LIVRE**

Congresso Regional PSD/Açores

CONVOCATÓRIA

Conforme deliberação do Conselho Regional convoca-se o Congresso Regional do Partido Social Democrata para reunir nos dias 22, 23 e 24 de Abril, pelas 18 h, na Madalena do Pico, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Apresentação do Relatório da Comissão Política Regional;
- 2 — Análise da situação político-partidária;
- 3 — Definição das linhas gerais de política a prosseguir pelo Partido tendo em vista as eleições Regionais do corrente ano.
- 4 — Aprovação das conclusões do Governo.
- 5 — Eleição da Mesa do Congresso, Conselho Regional,

Comissão Política Regional e Conselho de Jurisdição Regional.

6 — Sessão de encerramento do VI Congresso Regional.

Todas as Comissões Políticas de Ilha devem informar à Mesa até quinze dias antes do início do Congresso, o nome dos delegados designados nos termos dos Estatutos do Partido.

Ponta Delgada, 22 de Março de 1988.

O Presidente da Mesa

Raul Gomes dos Santos

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

Valongo

COMISSÃO POLÍTICA

Presidente: António Cardoso do Vale; Vice-presidente: David Barroso da Silva; Tesoureiro: Olegário Wagner Barbosa de Castro; Vogais: César Brites Lino, António Cândido S. C. Paupério, José Fernando Santos Castro, Manuel Moreira Lamas e Américo Moreira Gomes.

Vila do Bispo

COMISSÃO POLÍTICA
CONCELHIA

Presidente — João Francisco Redondo Félix; Vice-presidente — Alcindo Batista Pereira; Tesoureiro — José Maria Figueiras; Vogais — João Correia Azevedo, José Ricardo Amantes Sousa, Maria Odete Galhardo e Leonor Amaro.

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente — José António Melo Saião; Secretário — Francisco Rosado Leal da Cruz; Vogal — Mário Dias Galhardo.

Lourinhã

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Emanuel Meneses de Lima

Vice-pres.: Luís da Costa Silva Henriques

Secretário: António Agostinho Oliveira Costa

COMISSÃO POLÍTICA

Presidente: João Manuel Costa Delgado

Vice-pres.: Manuel Ramos de Oliveira

Tesoureira: Filomena M. Conceição Malvar Cruces Magalhães

Vogais: Francisco Fernando Cara de Anjos Tavares, Alice Maia Mendes Ferreira da Cruz,

Ana Maria dos Santos Martins, Luís Tomás Sarreira, António José Sarreira Onofre, João António Mateus Rolim e Victor Manuel Crinhas Abrantes. JSD: Ana Cristina Garcia Matos Manso.

DELEGADOS À

ASSEMBLEIA DISTRITAL

Victor Manuel Carinhas Abrantes, Manuel Ramos Oliveira, Rui Marques Cipriano, Emanuel Meneses de Lima, Augusto Joaquim Farto Faria, Ana Cristina Garcia Matos Manso e Álvaro Rosário Marta.

Sousa Lara na Secção F

O deputado Sousa Lara preside no próximo dia 7, pelas 21h30, a uma sessão de esclarecimento na sede da Secção F de Lisboa, (Rua Aliança Operária) para análise da situação política nacional e do caso de Timor Leste.

Desporto em debate em Rio Tinto

O Núcleo do PSD da Vila de Rio Tinto leva a efeito no rubrica «Venha conversar dia 8 de Abril uma palestra na com», com o título.

O DESPORTO E SUA IN-SERÇÃO NA SOCIEDADE ACTUAL. Será palestrante João Mota que se fará acompanhar do atleta internacional Frasco.

TSD — NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

Bancários do Porto

SECRETARIADO

Presidente: Acácio Roque. António Marinho, Bettencourt Sardiha, Fernando Vilaça, Coelho Lemos, Borges de Sousa, Herculano Ribeiro, Pereira Gomes, Carvalho Mendes, João Filipe e António Casal.

DELEGADOS
À ASSEMBLEIA DISTRITAL
DOS TSD

Alfredo Correia, Herculano Ribeiro, Isidro Vaz, Pereira Gomes e António Borges de Sousa.

Manuel Moreira em Lousada
Ângelo Correia na Secção F

O Secretário-Geral Adjunto do PSD, Manuel Moreira, preside no próximo sábado dia 2 de Abril, pelas 21.30 h., no concelho de Lousada a uma Conferência sobre Poder Local e Desenvolvimento Regional, promovida pelo Movimento Lousada em Viragem do Século.

No próximo dia 21 de Abril, pelas 21.30 h, haverá uma sessão de esclarecimento, em que intervem o deputado Ângelo Correia, sob o tema: A ANÁLISE DA SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL.

Reunião de Emigrantes em Albergaria dos Doze

Organizada pela Casa do Povo, por um grupo de emigrantes, pela Junta de Freguesia e pelas Associações locais, realizou-se em Albergaria dos Doze, no passado domingo, uma festa convívio participada por centenas de albergarienses muitos deles vindos expressamente do estrangeiro e nomeadamente de França.

Estiveram presentes, entre outras entidades, os deputados do PSD, Reinaldo Gomes (em representação do Presidente da Assembleia da República), Fernando Figueiredo, deputado pela Emigração/Europa e Ercília Silva, deputada pelo

Círculo de Leiria.

Angelino Jorge, Presidente da Secção Central do PSD de Paris, foi um dos grandes animadores desta interessante iniciativa que proporcionou um melhor conhecimento das múltiplas potencialidades desta região.

Nos discursos intervieram designadamente Fernando Figueiredo, que salientou a importância dos emigrantes no desenvolvimento regional, e Reinaldo Gomes que, em nome do Presidente da Assembleia da República, e em seu próprio, encerrou o encontro.

Leitor amigo

**Dá-nos
as tuas sugestões
e as tuas críticas.**

A SOCIAL DEMOCRACIA PARA PORTUGAL

Segundo Correia de Jesus

Vinte e cinco mil emigrantes regressam anualmente a Portugal

O secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Correia de Jesus, proferiu duas conferências no Instituto de Defesa Nacional — uma em Lisboa, outra no Porto, em que traçou as grandes linhas da política do Governo e da sua Secretaria de Estado em matéria de comunidades portuguesas.

Começando por integrar toda a problemática respeitante às comunidades portuguesas no campo mais vasto da nossa política externa, Correia de Jesus disse que, «de facto, as comunidades portuguesas, além da sua importância cultural, económica e social nos respectivos países de acolhimento, suscitam uma vasta e complexa rede de relações bilaterais, multilaterais e até mesmo supranacionais, cujo acompanhamento não pode ser dissociado da actuação do Ministério dos Negócios Estrangeiros».

Sublinhando a importância das comunidades — integradas por cerca de 4 milhões de portugueses — o secretário de Estado precisou que «o campo da nossa acção coincide objectivamente com o Mundo todo e subjectivamente corresponde a mais de um terço da população residente. E no caso da Região Autónoma da Madeira temos mesmo uma situação ímpar já que a população migrante é o triplo da população residente».



Correia de Jesus — Resolver os principais problemas

No entanto, e apesar da dimensão grandiosa da comunidade de portugueses que residem e trabalham no estrangeiro, é escasso o conhecimento que em Portugal se tem da «obra admirável que os portugueses têm vindo a realizar nas suas comunidades, nos campos da ciência, da cultura, da solidariedade social, da economia, da comunicação

social e do desporto e não se tem a noção da importância dessas comunidades face às sociedades de acolhimento».

«Também são geralmente desconhecidos os problemas com que os portugueses migrantes se defrontam — comuns, aliás, à generalidade das comunidades migrantes — nos domínios da inserção cul-

tural e social, do ensino, do emprego, da segurança social, para já não falar nos problemas que precedem e acompanham a partida para o estrangeiro e, depois, o regresso definitivo ao país de origem».

«Os principais problemas respeitantes à reinserção escolar dos filhos, à aplicação de poupanças e ao exercício dos direitos de reforma. O Governo não pode deixar de estar atento a esses problemas, em especial ao da reinserção escolar, que é, sem dúvida, o mais grave: temos defendido, no plano bilateral e nas organizações internacionais, que o trabalhador migrante tem o direito de optar livremente entre manter-se no país de acolhimento ou regressar ao país de origem — o que implica a clara condenação do regresso imposto ou compulsório».

Também o retorno de emigrantes mereceu do secretário de Estado especial atenção nas conferências proferidas no Instituto de Defesa Nacional. «Embora não disponhamos de estatísticas oficiais sobre o retorno, considera-se que durante este década o mesmo se manterá, em média, nos 25 mil ou 26 mil por ano» — afirmou Correia de Jesus.

Pescas — 7,5 milhões para embarcações

O secretário de Estado das Pescas, Jorge Godinho, revelou que nos dois últimos anos foram aprovados investimentos de cerca de sete milhões e meio de contos para a construção e modernização de mais de 130 embarcações de pesca costeira e do arrasto.

Jorge Godinho afirmou, ao inaugurar em Olhão um centro de formação profissional para a pesca, que este sector dispõe, actualmente, de condições ímpares para o seu desenvolvimento, «como nunca aconteceu nos últimos vinte anos».

Língua é arquivo da História

«A língua é o arquivo da História», afirmou, em Estrasburgo, o ministro português da Educação, salientando que a construção europeia passa pelo investimento humano no multilinguismo das sociedades.

Ao falar na sessão de abertura da Conferência do Conselho da Europa sobre a «Aprendizagem das línguas na Europa — o desafio da diversidade», Roberto Carneiro disse que aquela diversidade linguística, longe de ser um obstáculo à unidade, é um património que constitui a característica mais peculiar da própria identidade europeia.

Segundo Roberto Carneiro, a diversidade linguística é uma das maiores riquezas da identidade europeia e da sua capacidade de comunicação com outros povos do mundo.

Angola

«Portugal pretende ver Angola como um grande Estado africano, próspero e em desenvolvimento», afirmou o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros em entrevista à RDP-Internacional.

Durão Barrosos garantiu que «se há País que quer ver esse País grande, é precisamente Portugal». Aquele governante condenou a hipotética divisão de território angolano, considerando que, a concretizar-se, ela não serviria os interesses de Angola.

Durão Barrosos é de opinião que em África, e em particular nas ex-colónias portuguesas, «a solidariedade é fundamental, já que a fome e a guerra injusta são problemas reais».

URSS reconhece Portugal como interlocutor para Angola



Portugal já é, para a União Soviética, um «interlocutor válido» para a solução do conflito angolano, afirmou, em Lisboa, o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, que quinta-feira escalou, durante escassas horas, a capital portuguesa. Eduard Chevardnadze admitiu que Portugal pode desempenhar um «papel importante» numa solução negociada para Angola e reconheceu que o nosso País tem um «profundo conhecimento» da realidade da África Austral, razão pela qual pode, em sua opinião, contribuir para os esforços de paz naquela região. Além de se ter avistado com o ministro dos Negócios Estrangeiros (foto), Chevardnadze teve também encontros com o Presidente da República e com o Primeiro-Ministro (na foto), tendo convidado Cavaco Silva para uma visita oficial a Moscovo.

Contrato luso-alemão vai transformar-se em acordo



Portugal e a Alemanha Federal vão iniciar, em Abril próximo, negociações para actualizar o contrato sobre facilidades militares concedidas à RFA na base de Beja, transformando esse contrato em acordo de cooperação em matéria de Defesa. O anúncio desta decisão foi feito pelo ministro português da Defesa, Eurico de Melo, e pelo seu homólogo alemão federal, Manfred Woerner, que a semana passada esteve em Portugal.